

**ATA DA  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DA  
GUARDA REALIZADA NO DIA 15  
DE DEZEMBRO DE 2025-----**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efecto destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, António Carlos Saraiva Fernandes, Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis, Rui Manuel da Costa Melo, João José Pina Prata, Alexandra Isabel Santos Correia Isidro e António Hermínio Carvalho Monteirinho, Vereadores.-----

**ABERTURA**

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e quatro minutos.-----

**ORDEM DO DIA**

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Antes de começarmos a reunião, perguntar se podemos mudar a reunião de Câmara prevista para dia 22 para dia 23, uma vez que no dia 22 temos Assembleia Municipal. Por volta das 10h00 da manhã, do dia 23. Pode ser? Muito bem. Peço aos serviços que possam agilizar.”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Antes de iniciarmos, há aqui uma questão relacionada com a ordem do dia que eu gostaria de ver esclarecida. O ponto 7 diz: discussão e votação e posterior envio à Assembleia Municipal. Trata-se da revisão

do orçamento da APAL. O ponto 8 e o ponto 9 diz que é só para conhecimento. O que é que se passa?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, a ordem de trabalhos está correta: envio à Assembleia Municipal.” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Não. Não diz discussão e votação.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, então foi... é para analisarmos tudo. Diga? Só vem a conhecimento?” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Então, se o ponto 7 que é uma revisão do orçamento vem a discussão e votação, como é que o ponto 8 e o ponto 9 é só para conhecimento? Não pode ser, desculpem lá! (...) Pronto, mas não está correto. Nós não podemos...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já vamos esclarecer isso porque eu sou da mesma opinião. Aliás, a Câmara tem que os discutir e votar.” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Ou, então, a revisão também só pode ser para conhecimento.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não. Os órgãos autárquicos de cada município que constituem a APAL têm que deliberar. Todos têm que deliberar. Correto, senhor Chefe de Divisão?” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Então, é discussão e votação? Só queria ver esclarecido.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, claro que sim. Fez bem.” -----

**PONTO 1 - MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DA GUARDA PARA O ANO DE 2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

Sobre este assunto, foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n.º 7/2025

(Mandato 2025-2029

Atendendo a que: -----

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, contém as disposições no domínio da gestão de pessoal e disciplina relativa ao Mapa de Pessoal, a saber: artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º. -----

O Mapa proposto materializa a política municipal em matéria de gestão de recursos humanos que se pretende ver implementada, refletindo os ajustamentos considerados indispensáveis à prossecução eficaz das atribuições municipais e ao desenvolvimento das competências e atividades cometidas às diversas unidades que integram a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Guarda.-----

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, indicam-se a seguir os principais termos de referência do Mapa de Pessoal: -----

1. As atribuições e competências das unidades orgânicas, bem como os recursos humanos e financeiros disponíveis, orientaram a elaboração do documento previsional;-----
2. No Mapa de Pessoal estão identificados o número e o perfil dos recursos humanos considerados essenciais para assegurar a realização das atividades e dos projetos delineados; -----
3. A conceção técnica do mapa obedece ao preceituado no citado artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----

4. No Mapa de Pessoal são discriminados os postos de trabalho ocupados, cativos, vagos e os lugares propostos, com indicação da relação jurídica de emprego público com referência a 28 de novembro de 2025;-----

5. O Mapa de Pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica.-----

A estrutura do Mapa de Pessoal contempla as diversas modalidades de relação jurídica de emprego público existentes no Município da Guarda, nomeadamente, os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, as designações (membros de gabinetes) e as comissões de serviço, atenta a sua natureza.-----

Traduz o Mapa de Pessoal uma previsão anual para a prossecução das atribuições e atividades do Município. -----

Mantendo a matriz dos últimos anos, é feita uma descrição genérica das competências das várias carreiras/categorias e das áreas de formação académica ou profissional, discriminando, ainda, os postos de trabalho, Ocupados, Vagos, Cativos e Previstos. -----

O Mapa de Pessoal para 2026, encontra-se organizado da seguinte forma: -----

- ESTRUTURADO E ORGANIZADO QUANTO ÀS CARREIRAS EXISTENTES DA SEGUINTE FORMA: -----

Quadro I - Carreiras Existentes no Mapa de Pessoal no Município da Guarda -----

Carreiras		Categoria/cargo
--	--	Cargos de Dirigentes
	Técnico Superior	Técnico Superior
		Coordenador Técnico

Carreiras Gerais	Assistente Técnico	Assistente Técnico
		Encarregado Geral Operacional
	Assistente Operacional	Encarregado Operacional
		Assistente Operacional
	Carreira Especial	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação e Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação
	Carreira Especial	Fiscais
--	--	Técnico de Atividades de Enriquecimento Curricular / Outras Atividades de Apoio Educativo

- GLOBALMENTE, APRESENTA OS SEGUINTES VALORES: -----

Quadro II – Valores Globais para 2026 -----

	N.º Trabalhadores
Postos de Trabalho Ocupados – Total	849 <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Dos quais 179 Postos de trabalho relativos à Transferência de Competências para o Município do Pessoal não Docente. -----

- ENCARGO FINANCEIRO COM O PESSOAL ESTIMADO PARA 2026: -----

A despesa prevista com pessoal representa o encargo máximo com os postos de trabalho indicados no Mapa, todavia, a despesa efetiva dependerá da concretização dos processos de recrutamento e do consequente preenchimento dos lugares vagos, bem como do eventual recurso ao mecanismo de mobilidade nas diversas formas. -

Nos termos do disposto no n.º(s) 2 e 3 do artigo 28.º conjugado com o n.º 4 do artigo 29.º ambos do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o Mapa de Pessoal integra o Planeamento Orçamental para 2026. -----

*Considerando o supra vertido e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se ao digno Órgão Executivo que se digne aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2026, para que este Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, o aprove.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Funcionários, muito boa tarde a todos. Em relação ao ponto 1 da ordem de trabalhos, o mapa de pessoal para 2026, há aqui algumas considerações a fazer. São de âmbito geral, mas que merecem alguma reflexão e por isso mesmo não posso deixar de as apresentar. Eu não vejo nenhuma justificação, pelo menos plausível, e eventualmente posso estar errado e fico à espera que me seja dada uma justificação, para este aumento de funcionários e para esta previsão, primeiro aspeto. Nós estamos a falar numa previsão de mais setenta e nove vagas, o que perfaz um total de mil e quarenta e dois funcionários, se vierem a ser ocupadas durante o ano 2026. O aumento de funcionários da autarquia não deve ser encarado de uma forma automática. Ele tem implicações ao nível da gestão, mas fundamentalmente tem implicações ao nível financeiro. No entendimento do Partido Socialista, este aumento de despesa permanente retira a possibilidade de que se concretizem outros investimentos. E aí convém salientar aquilo que foi a revisão oficial de contas, quando o Revisor Oficial de Contas apresentou as contas: nós, em termos das despesas com o pessoal, já tínhamos, a meio do ano, mais de 1 milhão e 250 mil. Portanto, no nosso entender, alocando as verbas para recursos humanos para despesas permanentes, isso vai implicar que outros investimentos prioritários, como infraestruturas, equipamentos, manutenção de equipamentos da

autarquia, possam não se concretizar ao longo do próximo ano. O aumento do número de funcionários normalmente traduz-se também por uma melhoria da prestação de serviços. Mas a maior parte dos problemas está mais relacionado com falhas na organização, com processos burocráticos excessivos, e também tem a ver com a distribuição das tarefas que, no nosso entender, deveria haver pelo menos uma apresentação daquilo que são as reais necessidades da autarquia, e aí sim alocar os recursos humanos que sejam necessários para fazer determinados tipos de tarefas. Recorrer, evidentemente, à modernização tecnológica e à digitalização dos serviços, exatamente como é apontado no orçamento. O orçamento da Câmara diz que vão fazer esses investimentos, e, portanto, não se comprehende, por um lado, como é que se fazem esses investimentos na modernização administrativa, e de alguma forma retirando aquele que é o peso burocrático sobre os funcionários, e, por outro lado, veem-nos falar num aumento do quadro do pessoal em termos previsionais. Depois, eu acho que, antes de aumentar o quadro do pessoal, é fundamental fazer uma avaliação da eficiência interna, apostar na reorganização dos serviços e também na formação dos funcionários existentes. Possivelmente haverá funcionários que poderiam acumular mais tarefas, e, portanto, esta reorganização deveria ser uma prioridade. Depois, uma administração pública moderna deve privilegiar a eficiência, a racionalização dos recursos e, evidentemente, a sustentabilidade financeira, em vez de constantemente fazer uma expansão do quadro do pessoal. Não quer esta intervenção dizer que temos alguma coisa contra os funcionários. Não, antes pelo contrário. A gestão e os dirigentes, e neste caso os eleitos políticos, é que devem pautar a sua atuação por essa eficiência que é necessária, antes de alocar despesas permanentes que serão para sempre em termos de funcionamento e em termos de gastos financeiros. Assim sendo, depois

de ouvir as explicações, direi qual é o sentido do voto do Partido Socialista. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Boa tarde a todos. Em relação a este ponto de ordem de trabalhos de mapa de pessoal para 2026, gostaria de colocar aqui algumas questões que foram pouco ouvidas por nós aquando a campanha eleitoral, nomeadamente em meio escolar, em que havia queixas em relação à falta de pessoal auxiliar da ação educativa para as escolas. E a primeira pergunta que queria fazer é: estando previsto, aqui na página 22, um conjunto de funcionários que penso que seriam alocados depois à realidade escolar, qual é a intenção da Câmara em relação a este total do parque escolar, trinta e sete lugares que eventualmente poderiam ser ocupados para estas tarefas das escolas, visto que a questão do pessoal foi um dos assuntos bastante focado nas reuniões que tivemos com os senhores diretores e com outras pessoas das escolas. Portanto, a questão que queria colocar é se a Câmara está mesmo a pensar desenvolver estes procedimentos concursais. Depois, segunda questão, aqui no início do documento refere que a despesa prevista com o pessoal representou um encargo máximo com os postos de trabalho indicados no mapa. Todavia, a despesa efetiva dependerá da concretização dos processos de recrutamento e do consequente preenchimento dos lugares vagos, bem como do eventual recurso ao mecanismo de mobilidade nas diversas formas. Lá chegaremos à questão da discussão do orçamento, onde já temos novamente um grande acréscimo de valor para as despesas com o pessoal. Aliás, tem sido uma progressão ao longo destes últimos anos. A questão da transferência de competências também não é propriamente o principal motivo, porque essa verba vem naturalmente do Estado, do Poder Central, digamos assim. Mas gostaríamos

de saber, para além desta questão das escolas, qual é a intenção efetiva da Câmara Municipal para o ano de 2026, em relação ao conjunto de lugares que aqui estão ditos vagos ou para preencher. Qual é a política que a Câmara pretende desenvolver para 2026?"-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** "Muito bem. Muito obrigado. Senhor Vereador, em relação aos números totais que referiu, este quadro pessoal, a evolução do que aprovámos há um ano em relação ao que estamos agora a propor aprovar, reduz o número de vagas no quadro pessoal. Reduz os lugares ocupados, reduz os lugares previstos. E, no total final, passamos de mil, cento e vinte e sete para mil e quarenta e dois. É uma redução de oitenta e cinco vagas no quadro de pessoal, contrariando a análise. Se calhar poderia estar a fazer aí outro tipo de análise, mas o quadro pessoal não aumenta. Oitenta e cinco vagas que diminui o quadro pessoal. Senhor Vereador, sobre a questão das escolas, nós temos vindo a acompanhar, particularmente nos últimos quatro anos, claro, esta delegação de competências, particularmente na área da educação que foram transferidos os recursos humanos, enfim, e tudo o que isso acarreta, e nós temos estado sempre em sintonia com os diretores dos agrupamentos, para podermos, aqui ou ali, ir colmatando as necessidades. Ainda recentemente foi feito, Senhor Vereador, sempre em sintonia com os diretores. De outra forma não poderia ser, naturalmente. Acresce dizer, também, que o elevado número de baixas prolongadas (não são baixas de um, dois ou três meses), são quase trinta na esfera municipal. Não estou a dizer que é só nas escolas. Na esfera municipal, baixas prolongadas, são cerca de trinta. E depois isto tem uma implicação direta nos rácios, no caso das escolas, porque uma baixa prolongada não é considerada para os rácios, ocupa um lugar. É uma coisa estapafúrdia, mas é o que a lei diz e não podemos fazer de outra forma. Mesmo

assim, o município tem vindo a contratar recursos humanos para as escolas, seja para as escolas de maior dimensão, as escolas secundárias, seja para as escolas básicas. Aliás, há um concurso que está quase a finalizar, e depois a seguir veremos. Até porque, só para terem noção, de acordo com a previsão dos serviços, serão mais de duzentas pessoas a reformarem-se nos próximos anos. Por isso, nós temos que ir acompanhando, aqui ou ali, as necessidades, seja nos assistentes operacionais, nos assistentes técnicos e nos técnicos superiores, em razão desta matéria que eu acabei de referir. Neste momento, há três concursos a decorrer. Já só há três concursos a decorrer, portanto, o mapa pessoal está praticamente estabilizado, a não ser esta questão das reformas, que, naturalmente, aquilo que nós sempre dissemos é que nós não podemos esperar que as pessoas se reformem para depois colmatar essa falha no quadro pessoal. Não faz sentido. Até porque as pessoas depois vão para a reforma e todo o know-how adquirido por essas pessoas já não é transmitido às outras. Tem que haver aqui, pelo menos, um, dois anos de coabitação no máximo, que é aquilo que nós sempre defendemos e foi aquilo que nós temos vindo a fazer. Por isso, é esta dinâmica que o quadro pessoal vai ter que ter, e tem que ter sempre ao longo dos anos.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Gostaria que também desse a indicação, já agora, das contas que fez em relação aos funcionários que saíram da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados ou da Câmara Municipal para a APAL. Como é que jogam na contabilidade que fazem, em relação à proposta do ano passado, que foi votada, e à proposta que têm este ano?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Este ano já não estão no quadro da Câmara.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Pois não. No ano passado estavam.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “No passado estavam. Este ano já não estão no quadro da Câmara.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Portanto, a redução que refere tem muito mais a ver com a deslocação dos funcionários para a APAL do que propriamente com a redução do número de lugares.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, os funcionários da APAL eram cerca de quarenta...” -----

- **João Prata, Vereador:** “Sessenta. Eram quarenta?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. Há um ano, os funcionários que saíram da Câmara para a APAL eram cerca de quarenta. Quarenta e qualquer coisa. Porque a APAL já fez os seus concursos também.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Sabemos. As idades, já comentou, portanto, estarão cerca de duzentas pessoas para se aposentar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É a previsão para os próximos quatro anos.” -----

- **João Prata, Vereador:** “E em relação aos eventuais concursos, conforme as vagas que aqui estão para 2026, não responde, para já, se vai ou não abrir procedimentos concursais...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não lhe sei responder a isso...” -----

- **João Prata, Vereador:** “É em função daquilo que forem as necessidades que as escolas apresentem. É isso?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isso mesmo. Seja nas escolas, seja outros serviços. É consoante as necessidades.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Senhor Presidente. Muito boa tarde a todos. Só aqui uma dúvida relativamente à questão do quadro de pessoal. Nós sabemos que a média de idades dos trabalhadores da Câmara, em 2024, rondava os 52 anos.

Aquilo que gostaríamos de saber tem a ver com as novas admissões. Se, de alguma forma, já têm dados para saber se os novos trabalhadores vêm rejuvenescer o quadro de pessoal ou não? Ou seja, se são gente jovem, digamos assim, que vai engrossar também o quadro do município. Tem essa análise feita? Nós já tínhamos perguntado. “-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não sei. Não tenho essa análise feita. Isto é em função das pessoas que já cá estão no quadro pessoal, que já entraram. 99% do que tinha que entrar, já entrou. Correto? Estão apenas três concursos em aberto ou decorrerem ou na fase final.” -----

- **Alexandra Isidro, Vereadora:** “Certo. Isso era particularmente importante. E nós, se bem se lembra, Senhor Presidente, na última reunião também pedimos alguns dados relativamente às entradas de funcionários e, portanto, tinha a ver também com esta questão do quadro de pessoal porque, obviamente, olhando só para o quadro, não ficamos com o quadro completamente claro daquilo que são os recursos humanos do município. Uma coisa que eu gostaria também de perguntar era: quais são as admissões, a haver novas admissões, em que áreas é que a Câmara vai considerar como prioritário?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, há três concursos que estão a decorrer. O futuro a Deus pertence. São consoante as necessidades e as conversas que vamos tendo em reuniões com os seus chefes de divisão, como sempre foi. Não é desde agora, é assim que se faz a gestão. Já estamos na segunda réplica ou terceira. Para passarmos à votação, não sei se o Senhor Vereador ainda quer dizer alguma coisa? Sim, para terminarmos. Diga, por favor.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Este é o número de funcionários que a Câmara tem neste momento, no âmbito dos quadros da Câmara Municipal da Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Embora não esteja aqui envolvido, como não deve estar, em termos de prestação de serviços pode-nos dar um número mais ou menos da quantidade de pessoas que estejam eventualmente nesse âmbito, bem como na questão dos programas ocupacionais atinentes ao centro de emprego?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não temos esses dados...” -----

- **João Prata, Vereador:** “Mas há.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “... das empresas que prestam o serviço. Só fazendo esse levantamento. Como compreenderão, as empresas, em função do tipo de serviço que está externalizado, vão contratando em função das necessidades também. E, portanto, o número de pessoas vai variando consoante o tipo de serviço que está externalizado.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Não, mas isso tem a ver com as empresas a quem a Câmara fez a adjudicação ou fez, digamos, a compra de serviços. O que estou a dizer é: em termos de pessoas vindas do Centro de Emprego, a própria Câmara diretamente, enquanto entidade, concorrer aos programas do Centro de Emprego, e a Câmara, por si, fazer a contratação de recursos humanos no regime de prestação de serviços.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A Câmara diretamente? A Câmara diretamente, neste momento, nem meia dúzia terá. A tender para zero. Prestações de serviços diretas, a tender para zero. Não me estou aqui a recordar se há alguma, mas já estou aqui a alvitrar que haja aqui alguma coisa. Dos programas ocupacionais, não tenho aqui esses dados. Mas os programas ocupacionais têm vindo a reduzir, em função das pessoas que têm entrado no quadro do pessoal e, portanto, vai continuar a ter essa tendência de descida. Senhor Vereador?” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, deixar-lhe aqui duas pequenas notas sobre isso que acabou de dizer. Evidentemente que nós estamos a falar já de um aumento, do perímetro de autarquia, de mais noventa e quatro funcionários que vão para a APAL. Se foram quarenta e depois mais alguns que entraram, portanto, é do que estamos aqui a falar. Mesmo sendo certo que pertencem a quatro municípios. Esse era o primeiro apontamento que eu gostaria de deixar. O segundo apontamento, transmitindo aqui um bocadinho daquilo que foi a minha experiência enquanto estive como administrador da Unidade Local de Saúde da Guarda, dizer-lhe o seguinte: não entrava nenhum funcionário antes de haver a saída de outro funcionário. Isso era uma regra que estava instituída e que se cumpria. Ou seja, aquilo que nós trabalhávamos era com bolsas de recrutamento. As bolsas estavam sempre ativas. Quando deixavam de estar ativas, eram vinte e quatro meses - agora já não sei precisar se eram vinte e quatro meses, acho que era um ano e meio - e depois mais seis meses de prorrogação. E aquilo que acontecia era: só quando um funcionário se reformava ou saía é que entrava outro funcionário, precisamente no dia a seguir. E vocês dizem-me assim: mas será que um hospital não tem mais relevância em termos de transmissão de conhecimentos do que uma autarquia? Evidentemente que tem. Evidentemente que tem. Mas nós também sabemos que não é possível onerar e fazer com que o orçamento estique em relação aos recursos humanos. E, assim sendo, eu acho que, para boa política, aquilo que a Câmara deveria fazer era ter bolsas de recrutamento ativas, desde os assistentes operacionais, assistentes técnicos, engenheiros, e estar sempre disponível para colmatar as saídas. Porque aqui não existe nenhuma transmissão de conhecimentos, é reduzida. Enquanto que no hospital existiria muito mais essa visão de que os funcionários deveriam entrar antes, porque se vão reformar mais

cinquenta ou mais sessenta durante o ano que se segue. Portanto, eu deixava-lhe aqui só esta experiência. Pode valer de pouco, mas, ao fim e ao cabo, transmite aquilo que deve ser o rigor financeiro que se deve ter em relação aos recursos humanos. E depois, quer dizer, quando se apresenta um quadro de alteração de pessoal, sinceramente, eu acho que devia vir acompanhado de uma justificação daquilo que acabou de dizer: em relação aos funcionários que se prevê reformar no próximo ano, em relação ao estudo daquilo que são as necessidades, mas também, e acima de tudo, àquilo que devia ser a eficiência do serviço e a reformulação dos diversos serviços através dos recursos humanos, para termos uma previsibilidade daquilo que é a sustentabilidade financeira. Repare, se nós, no final do ano, quando nos apresentarem as contas, eventualmente em março, e tivermos a falar num aumento de 2,5 milhões de euros em recursos humanos, nós estamos a dizer que a nossa capacidade financeira está a ser praticamente consumida para os recursos humanos, impedindo que investimentos que são necessários para a autarquia se possam fazer. E, assim sendo, eu penso que a sustentabilidade deveria passar por aí. Mas também acredito que agora o Senhor Vice-Presidente, como Vereador e responsável dos recursos humanos, vai ter oportunidade de apresentar esses estudos e essa eficiência que se exige que se faça, em relação àquilo que são os recursos humanos dentro da própria autarquia. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, muito obrigado pelas suas considerações, até dá a oportunidade para dizer ou para clarificar duas ou três coisas. As reservas de recrutamento, não é por ser no hospital ou por ser numa Câmara. Decorre da lei. E também aqui as reservas de recrutamento estão sempre ativas, decorre da lei. E quando há uma necessidade e a reserva está ativa, vai-se lá buscar algumas pessoas. Mas posso-lhe dizer que a maior parte das reservas

ficaram desertas, vazias. Então, nas áreas mais técnicas, infelizmente o digo, ficaram vazias. Porquê? Houve a necessidade de um, dois, três, enfim, por abstrato. E depois, se era preciso mais alguma pessoa, já não havia. Seja das engenharias, seja das áreas mais financeiras, enfim. E essas pessoas têm que, efetivamente, coabitar, porque fazer a gestão - vamos à parte financeira - fazer a gestão de uma autarquia, a seu ponto de vista financeiro ou contabilístico, é completamente diferente, tendo em conta os programas que existem. Coisa diferente, e aí, naturalmente, não posso deixar de concordar consigo, é no caso de um assistente operacional das escolas. Isso sim. Mas os assistentes operacionais das escolas estão constantemente a reformar-se. Tem a ver com o ciclo de vida geracional, naturalmente. E, portanto, por isso é que nós já preparamos o quadro pessoal e continuamos sempre atentos para manter essa coabitação. Muito bem. Então, colocando o ponto à votação. Senhor Vereador? Votam contra o quadro pessoal? O Partido Socialista vota contra o quadro pessoal. Muito bem. Senhores Vereadores?"

**- João Prata, Vereador:** "Abstenção." -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo, duas abstenções dos Senhores Vereadores João Prata e Alexandra Isidro e um voto contra do Senhor Vereador António Monteirinho. ---*

**PONTO 2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DA GUARDA PARA O ANO DE 2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor:

"Proposta PCM n.º 60/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- A preparação e elaboração dos documentos previsionais do Município da Guarda foi realizada de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), que enuncia os princípios orçamentais e no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 14 de setembro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do qual permanecem em vigor algumas regras, designadamente o ponto 3.3 - regras previsionais. -----

- A Norma de Contabilidade Pública 26 - Contabilidade e Relato Orçamental regula a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidade geral bem como as componentes principais de relato orçamental; -----

- O SNC-AP estipula, também, conforme o n.º 17 do ponto 6 da NCP 1, que as entidades públicas preparem demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa; -----

- Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Orçamento e as Grandes Opções do Plano; -----

- De acordo com o nº 1 do artigo 45º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 66/2020 de 4 de novembro, o órgão Executivo apresenta ao órgão Deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal

para o ano económico seguinte. Não obstante, o nº 2 do artigo 45º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na redação atual, estabelece - “nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse.”

***Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:*** -----

***Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove:*** -----

- Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026;*** -----
- Norma de Execução Orçamental para 2026 que contem as medidas para orientar a execução orçamental.*** -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Presidente:*** “Senhor Vereador?”-----
- António Monteirinho, Vereador:*** “Senhor Presidente, antes de entrar propriamente naquilo que é a apresentação do nosso ponto de vista do orçamento, duas notas prévias. A primeira é que é que lamento que, hoje, a discussão do orçamento, seja à porta fechada, porque acho que tinha todo o interesse em que a comunicação social e a população pudessem estar presentes e pudessem ouvir aquilo que é discussão sobre as questões fundamentais do orçamento. Portanto, lamento isso. E esta reunião, sendo extraordinária, fez com que isso acontecesse e, portanto, assim sendo, o meu lamento por essa situação. A segunda questão que eu gostaria de deixar é que deve ter sido muito fácil negociar com os vereadores esta distribuição de verbas. E eu passo a explicar porquê. Os Senhor Vereadores, todos,

devem ter ficado satisfeitos, porque agora vão ter verbas, pelo menos nas áreas onde têm as responsabilidades, nos pelouros, devem ter ficado muito satisfeitos, porque este é, sem dúvida, um grande orçamento. Eu diria que é o maior orçamento alguma vez apresentado na Autarquia da Guarda, não sei se corresponde à realidade ou não, mas penso que entre o primeiro e o segundo deve ser. Penso que nunca chegámos aos 99 milhões nestes anos todos. E daí advém aquilo que é e que está relacionado com os programas de financiamento que estão ativos e que podem ser captados pelo Município da Guarda. Evidentemente que essa é uma boa notícia. Se nós olharmos para aquilo que é apresentado em termos de investimento, nós estamos a falar em 38 milhões de euros de PRR, salvo erro; estamos a falar em 18.5 milhões de euros relacionados com o Portugal 2030; e também estamos a falar em mais, salvo erro, 32 milhões que deviam estar definidos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, 36 milhões. Mas, antes de entrar propriamente na questão política, e depois destas notas, eu gostaria de falar aqui e esclarecer aqui algumas dúvidas, e que são dúvidas que me parece que irão influenciar o sentido do voto do Partido Socialista, em função daquilo que forem as respostas. As questões prévias e específicas sobre o orçamento apresentado em relação às receitas. O aumento das despesas com o pessoal... claro que nós estamos a falar num documento previsional, não estamos a falar em dados concretos, como seja a apresentação das contas. Estamos a falar em previsões. Mas, pronto, já temos aqui mais um aumento de 700 mil euros, que está relacionado com despesas com o pessoal. Depois, não compreendemos aqui... ou então podemos dizer: qual é a justificação para o aumento de receitas, taxas, multas e outras penalidades, que aumentaram de 820 mil euros para 2 milhões de euros do orçamento de 2025 para o orçamento de 2026? Eu consegui ver que este aumento está relacionado com

loteamentos e obras, que vão passar de 350 mil de receitas previstas, para 1 milhão e 300 mil. Há, neste momento, algum indicador que possa fazer esta análise? Será que no próximo ano vamos ter tantas obras? Esperemos que sim. Isso é sinal do desenvolvimento e da pujança que a cidade da Guarda deve ter. Mas, passar de três vezes mais, significará - penso que até passa de três - parece-me um valor em que não é perceptível o motivo desse aumento. Depois, temos também a taxa municipal de direitos de passagem, que passa de 16 mil euros em previsão, para 117 mil euros. Temos assim tantas passagens aéreas e subterrâneas de infraestruturas, de equipamentos, que levam a um aumento desta grandeza? Depois, há outro pormenor que convém esclarecer bem, porque eu acho que é muito importante, e eu ainda não consegui. Tenho a minha justificação, mas gostaria de ouvir qual é a justificação. Nós temos, nas transferências da APAL para a Autarquia, 1,4 milhões de euros nas transferências correntes, e mais 1 milhão de euros de transferências de capital. Qual é a justificação? Eu posso aventar aqui uma justificação - mas gostaria de ouvir o Senhor Presidente sobre esta matéria, - que era dizer que a APAL é que cobra também os resíduos de sólidos e, portanto, fará essa transferência depois para a Autarquia. Não consigo perceber, mas eventualmente haverá uma justificação técnica para isso. Depois, o aumento do valor dos resíduos. O Senhor Presidente já tinha falado nisso, mas temos aqui um valor de um aumento de cerca de 700 mil euros. Isto irá implicar um aumento ao cliente final? Ou seja, isto vai fazer com que haja um aumento da taxa de resíduos, no próximo ano, para os guardenses? Depois, as minhas dúvidas em relação às despesas. Nós temos aqui, em relação às despesas, um aumento em relação àquilo que era o orçamento de 2025 para 2026, temos um aumento de 1 milhão e 700 mil euros com despesas com o pessoal. Há alguma justificação para esta margem tão elevada? Depois, temos

também um encargo com instalações - estamos sempre a falar em previsões, exatamente, - de 2025 para 2026, de 1 milhão e 800 mil para 3 milhões e 300 mil. Há alguma justificação para esta quase duplicação de verba? Depois, temos aqui um valor - estou a falar em termos de despesas e de previsões, convém sempre referir isso - em termos da higiene e limpeza, passamos de 2,8 milhões de euros em 2025 para 4,2 milhões de euros em 2026. Qual é a justificação para esta mudança tão significativa? Em relação às Grandes Opções do Plano, nós temos aqui um valor que me parece - eu diria que é capaz de haver aqui algum erro - mas vamos ver qual é a justificação para isso, nós tínhamos, em 2025, para mercados e feiras, cerca de 640 mil euros e passamos agora para 4,5 milhões de euros. Qual é a justificação deste aumento? Vai haver alguma obra significativa que faça com que este aumento tão significativo seja reportado? Gostaria de ouvir as suas explicações sobre este assunto. Depois, temos a passagem da habitação, perfeitamente justificável com as candidaturas que foram feitas em termos de PRR, de 4,8 milhões, em 2025, para 10,8 milhões para o ano de 2026. Evidentemente que está perfeitamente justificado. Depois temos também, e aqui encontra-se uma justificação plausível, da proteção do meio ambiente e a conservação da natureza, de 690 mil euros para 2,7 milhões de euros. Está justificado por uma candidatura, que deve estar para breve a sua aprovação, penso eu, ou pelo menos há essa intenção de concretizar, que tem a ver essencialmente com a despoluição do Rio Noeme e do Rio Diz. Depois, salientar aqui um aspeto que me parece relevante, que é a redução do valor da cultura, que passa de 800 mil euros, em 2025, para 593 mil euros. Depois, temos aqui mais três apontamentos que me parecem importantes, que eram aqueles que eu inicialmente frisava, mas agora com os valores concretos. Eu gostava de saber: fala aqui, no orçamento, em 3 milhões de

investimento em recursos próprios para obras. Se pudesse saber quais são essas obras que estamos a falar. Depois fala em 35 milhões de apoios do PRR, e eu gostaria de saber qual é a execução do PRR em termos da Autarquia da Guarda. Em termos destes 35 milhões, qual foi o valor que já foi investido, e qual é o valor que já está em curso? Depois, sendo certo que é muito importante este valor, porque nós estamos a falar num programa que vai terminar no final do ano, prevê-se que será essa a intenção, apesar de termos ouvido, este fim de semana, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que pediam ao Governo Português que negociasse com a União Europeia o alargamento dos prazos da concretização deste programa, do Plano de Recuperação e Resiliência. Mas este dado é muito concreto: qual é a execução destes 35 milhões de euros, neste preciso momento, no final de 2025? Depois, também, os 36 milhões, que eu já tinha falado, do Plano de Reabilitação do Parque Natural da Serra da Estrela. E eu aqui fazia só um parênteses para lhe dizer o seguinte, Senhor Presidente: na altura em que o governo do PSD deixou de ter, em sede de orçamento de Estado, o valor que estava destinado ao Plano de Recuperação do Parque Natural da Serra da Estrela, que eram 155 milhões, eu fiz nota e dei nota, estive nessa reunião, dei nota ao Senhor Presidente que as autarquias que estavam envolvidas deveriam ter tido uma postura mais reivindicativa, porque, efetivamente, o governo que entrou em funções, iria reduzir substancialmente, e era isso que estava em sede do orçamento para 2025, esta verba. Assim sendo, há um conjunto de projetos, nomeadamente a Estrada Verde, que há mais de trinta anos se fala (o Senhor Presidente gosta de utilizar esta terminologia), para se concretizar e ainda não foi concretizada. E, portanto, provavelmente é mais uma das obras que vai cair, para além de muitas outras significativas. Este era um investimento que podia ser alavancador daquilo

que é o património da nossa Serra da Estrela e da atratividade turística que poderia trazer e acrescentar. Depois, se me permite, há aqui a questão política. E aqui eu começaria por um ditado popular. E o ditado popular diz o seguinte: não é como se começa, é como se termina. E, portanto, este orçamento, eu terei que dizer que é difícil, olhando para ele, olhando para os Senhores Vereadores que estão no Executivo, olhando para os Vereadores que aqui estão e para todos aqueles que nos pudessem ouvir, é difícil votar contra este orçamento. E é difícil votar contra porque ele tem uma coisa que o Partido Socialista sempre disse que nunca acontecia e que pela primeira vez acontece, que é: nós temos as despesas de capital superiores às despesas correntes. E isso é um indicador daquilo que deve ser o desenvolvimento de um território, de uma organização e sobre a área de influência que tem. Ou seja, nós vamos ter um investimento, que é gerador de riqueza, superior àquilo que são as despesas correntes da organização, da gestão da Autarquia. E, portanto, como começa (eu disse este ditado) nós votaríamos contra, mas o importante é como vai acabar. E quando nós temos um orçamento que assenta essencialmente numa estrutura financeira que não depende diretamente da Autarquia, nós temos, mais ou menos, um castelo construído com um baralho de cartas que a qualquer momento pode ruir e fazer com que a execução orçamental se situe na ordem dos 50%. Portanto, aqui, aquele ditado é perfeitamente adequado, que é dizer exatamente isso. Cá estaremos para, no final, no próximo ano, em março, eventualmente em abril, na apresentação das contas, olharmos para a execução orçamental e termos um quadro daquilo que é o orçamento. Depois, temos a parte negativa. A parte positiva já disse, que é efetivamente termos mais despesas de capital do que as despesas correntes. O valor ser superior, e estamos a falar em valores significativos. Estamos a falar em 54% das despesas de capital

nesto orçamento, estaremos a falar em qualquer coisa como mais de 50 milhões de euros. E estamos a falar num valor mais baixo das despesas correntes, que se situa na ordem dos 45,55%. Depois, também temos aqui a parte negativa, e essa parte negativa já foi frisada várias vezes: é que nós temos aqui um aumento de recursos humanos, em relação àquilo que era a projeção para 2025, de 1,7 milhões de euros a mais. Mas eu dava-lhe aqui mais um valor só para o Senhor Presidente ter a noção: quando o Senhor Presidente entrou para gerir esta Autarquia, o Senhor Presidente tem noção de qual é que era o orçamento dos recursos humanos? Eu vou-lhe dizer, Senhor Presidente: 12,7 milhões de euros. 12,7 milhões de euros. Passados quatro anos - e eu só estou a falar da gestão como Presidente, não estou a falar da gestão como Vereador nem nada disso - as suas previsões são de 21,1 milhões de euros. Quase que duplicou o valor dos recursos humanos durante os últimos quatro anos da sua gestão. Portanto, assim sendo, eu acho que há aqui, não diria uma irresponsabilidade, que é uma palavra forte, mas diria que é um valor astronómico para quem quer fazer uma gestão baseada na sustentabilidade financeira. O número de funcionários continua a aumentar, mas a prestação de serviços também continua a aumentar. Depois, há aqui um conjunto de afirmações no texto inicial que eu não posso deixar de fazer referência, que são as críticas à oposição. Senhor Presidente, nós tivemos, até agora, esta é a terceira reunião, salvo erro, e já vem com as críticas à oposição, ao dizer que a oposição obstaculizou os meios financeiros da obra da variante da urbanização do Cabroeiro. Mas foi aprovado, Senhor Presidente, não percebo esta afirmação. Os Vereadores da oposição, penso que o PSD também se absteve, não percebo muito bem porque é que... Não sei se a retórica durante os próximos quatro anos vai ser continuar a culpar a oposição daquilo que não é possível concretizar ou daquilo que não

conseguem concretizar. Depois, em relação àquilo que nós tínhamos falado, e que já frisei pelo menos duas vezes, em relação ao montante que estava previsto no Plano de Recuperação do Parque Natural da Serra da Estrela, eu acho que deve tomar uma posição com os seus congéneres das outras autarquias e exigir que o Governo financie aquilo que eram as obras que estavam previstas e que eram essenciais para o desenvolvimento turístico e económico da Serra da Estrela. Depois, também em relação ao Centro Histórico, continua adiado neste orçamento, apesar de vermos ali pequenos apontamentos daquilo que podem ser alguns investimentos necessários para fazer, mas no final do ano cá estaremos para saber se foram possíveis de concretizar ou não. Depois, há outra questão que me parece muito importante. O Senhor Presidente fez chegar aos partidos políticos aquilo que podiam ser os contributos para refletir dentro do orçamento. Depois, não há referência nenhuma daquilo que foram as propostas apresentadas pelos partidos políticos, dizendo que algumas delas nem sequer seriam exequíveis. Mas depois ficamos na dúvida: quais é que eram as propostas? De quem é que eram as propostas? Quais é que eram exequíveis? Quais é que eram as propostas irresponsáveis? Quais é que eram as propostas responsáveis? Podia ter aproveitado a oportunidade para falar sobre isso. Depois, numa determinada altura, diz que existe um espírito de abertura e responsabilidade, disponível para integrar todos os contributos para reforçar a Guarda e o seu desenvolvimento. Mas depois diz, logo a seguir, que não aplicará o programa eleitoral que não seja o seu. Mas em que é que ficamos? Está disponível para ouvir a oposição sobre as propostas que são apresentadas? Não está disponível? Ou só aplica o seu programa? Eu sei que algumas das propostas eram coincidentes, evidentemente. O Partido Socialista debateu muito isto e chegou à conclusão que só devia apresentar uma proposta de

alteração, ou pelo menos uma proposta que pudesse estar vinculada ao orçamento. Mas depois não há uma resposta, nem sequer dizer que a proposta é para ser estudada, é para ser desenvolvida, que é para ser aplicada. E isso faz com que, da próxima vez que peça os contributos, evidentemente que o Partido Socialista vai pensar duas vezes em fazer isso. Portanto, face àquilo que foi dito, face àquilo que são as dúvidas levantadas em relação ao orçamento, face àquilo que são as questões políticas, sem nunca salientar - e esta é a mensagem principal que deve ficar refletida aqui - que este orçamento e as suas propostas financeiras assentam essencialmente num conjunto de meios financeiros que não dependem única e exclusivamente da Autarquia. Assim sendo, eu alertava para que houvesse uma pressão política e que houvesse, da parte da Autarquia e dos seus Vereadores, um trabalho profícuo, para que, no final, não tivesse razão em dizer que esta execução orçamental dificilmente passará dos 60%. Eu espero não ter razão, porque isso é a bem da Guarda, é a bem dos guardenses, é a bem do desenvolvimento. Mas, sinceramente, aquilo que eu acho é que, se não houver, da parte do Executivo, um trabalho duro em relação àquilo que deve ser a aplicação dos fundos... e eu saliento aqui quatro ou cinco aspetos que me parecem relevantes, que é aquilo que algumas autarquias fizeram a nível nacional, nomeadamente na questão da habitação. Houve muitas autarquias que avançaram com as habitações sociais, que pediram empréstimos e que agora têm já as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para poderem pagar. Era uma das estratégias que devia ter sido desenvolvida, era uma das estratégias que devia ter sido discutida, e com toda a certeza que no meio da discussão nasce a razão. E, portanto, eu saliento esse aspeto, não sem antes salientar um outro aspeto que me parece muito relevante e muito importante para o desenvolvimento da Guarda, que é a variante da Sequeira,

e que me parece óbvio que as obras na Estação, que têm a ver com o Porto Seco, daqui a amanhã elas estarão concluídas, haverá um movimento significativo de veículos de transporte pesados, e, se essa variante não estiver no terreno, nós vamos ter aqui um problema de tráfego significativo. Portanto, eu acho que é a altura de alertar para essa situação e dizer ao atual Executivo que deve ter em mente, pelo menos, esse objetivo. Aguardo então pelas respostas. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Senhor Presidente, esclareça-me a questão das réplicas, para não estarmos aqui a ferir o que diz o regulamento. Sobre este tema, o grupo de Vereadores do Guarda com Ambição tem duas oportunidades de intervenção. É isso?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, é o que diz o regimento. É de acordo com o regimento.”-----

- **João Prata, Vereador:** “É isso? Só para não estarmos a ferir o que está escrito. Então, colocarei agora algumas questões e depois também farei a intervenção sobre o Plano de Orçamento. Primeiro, queria agradecer ao Senhor Vereador António Monteirinho o facto de ter referido a questão do Porto Seco e os acessos ao Porto Seco, e dizer que ainda bem que percebeu a ideia que foi veiculada pelo Guarda com Ambição da criação da CILOG, porque a variante da Sequeira vai, entre aspas, descarregar na Rua Nossa Senhora de Fátima, que é uma rua residencial, onde passa muito trânsito, pesados também, porque há uma empresa de camionagem ali ao lado, e significa que, a ser verdade, o movimento de camiões que são previstos, significa que toda a zona da Guarda-Gare volta a ser invadida por camiões: a Avenida de São Miguel, a Rua Nossa Senhora de Fátima. E é óbvio que aquelas

obras que foram feitas pela Câmara, que já há muito tempo eram precisas, e ainda bem que foram feitas, na Rua da Treija e na Rua dos Caminhos de Ferro, não são para os camiões. É impossível um camião utilizar aquilo, seja para virar, seja para andar. Mas, enfim, veremos o andamento das coisas. Dizer, portanto, que a proposta que nós avançámos da CILOG, da Circular Logística da Guarda, faz algum sentido. Obviamente, em termos de projeto, em termos de ideia, e em termos de luta perante o Governo (esta é uma obra realmente que compete ao Governo, ou pelo menos que compete apresentarmos ao Governo), essa foi uma das propostas que apresentámos, mas, pelos vistos, como bem disse o Senhor Vereador Monteirinho, não foram inscritas aqui, devem ficar com certeza arquivadas. A primeira questão que eu queria colocar: da análise das contas que foram feitas a 30 de junho, e que aqui já debatemos, podemos concluir que, a 30 de junho, a Câmara Municipal da Guarda tinha executado, em termos de investimento de capital, portanto, daquilo que interessa para o desenvolvimento das nossas comunidades ou para o futuro, tinha investido 9 milhões de euros, e tinha previsto gastar, até 31 de dezembro do corrente, 28 milhões de euros. Ou seja, a 30 de junho, nem 50% estavam executados, e estavam menos de 50% executados. Eu queria saber se este valor é real e se a perspetiva que o Senhor Presidente tem para 31 de dezembro é diferente destes 9 milhões, para quanto mais, para verificarmos a capacidade que a Câmara teve ou não teve de executar aquilo que foram as propostas veiculadas em dezembro de 2024 e aprovadas no Executivo Municipal e na Assembleia Municipal para o exercício de 2025. A segunda questão: gostaria que nos explicasse o conteúdo mencionado na página 5, em que menciona que, no âmbito do PT 2030, a Guarda consegue recolher cerca de 18 milhões e 200 mil euros nas candidaturas no âmbito do Portugal 2030. Gostaria de saber, em concreto. E depois refere: em

candidaturas já submetidas ou aprovadas. Significa que há umas submetidas e outras aprovadas, se eu percebo bem a linguagem. Gostaria de saber se nos pode aqui indicar: estes 18 milhões são em quê? O que é que já está efetivamente aprovado e que obviamente estará agora contemplado por orçamento de 2026? E o que é que está submetido, mas que ainda não temos resposta se vamos ou não ter apoio? A terceira questão tem a ver com o que é que a Câmara está a pensar fazer para nos ter apresentado uma redução de gastos, que se saúda, no consumo de energia, no que se refere ao gás e à iluminação. Pois, em 2026, há uma redução de 1,5 milhão de euros. Ou seja, em 2024 propôs-se para gastar em 2025 mais 1,5 milhão de euros, e, para 2026, conseguimos ter uma poupança de 1 milhão e 500 mil de euros. Gostaria de saber o que é que estão a equacionar para que realmente haja esta redução, que se saúda vivamente. Mas 1,5 milhão de euros, a não ser que haja já uma informação privilegiada da Câmara de que teremos boas notícias no Natal das empresas que gerem a iluminação e o gás, parece-me pouco. Gostaria de saber qual é o plano que têm para poder conseguir esta redução, que é assinalável e que registo. Queria também perguntar, até porque considero importante esta sugestão, ou seja, esta ideia de desenvolver planos de pormenor para o Vale de São Francisco e para a área empresarial da Arrifana, no Outeiro de São Miguel, mas gostaria de saber, até porque já aqui conversámos sobre esta matéria, em relação ao novo centro de exposições ou pavilhão multiusos ou à área nova da Guarda, nada está equacionado nesta proposta, seja ao nível de fazer projetos ou não fazer projetos, ou despoletar o debate público, ou não despoletar o debate público. O mesmo em relação à cidade desportiva, que foi bastante veiculada durante o anterior mandato e que tem sido várias vezes mencionada nas intervenções públicas onde estou e ouço falar sobre estas matérias, a equipa liderante do Nós

Cidadão e do PPM, sobre estes dois projetos nada aqui se inscreve, e nós também os consideramos importantes. Obviamente, gostaríamos de saber se houve uma alteração da estratégia, ou se será para o ano, para daqui a dois anos, ou quando será. Ainda uma outra questão tem a ver com a Feira Ibérica do Turismo, a FIT. A Câmara equaciona, durante este mandato, estamos a discutir o ano de 2026, mas equaciona ou não equaciona voltar a organizar a FIT? E, por agora, me fico. Depois, na outra intervenção, na tal réplica, como refere o Senhor Presidente, gostaria também de continuar o raciocínio. Mas, para já, ficam apenas estas questões. Obviamente, subscrevo a questão dos aumentos do custo de pessoal. A questão das taxas, multas e licenças é algo que aqui, na introdução, é justificado com uma medida do Governo, com o Decreto-Lei n.º 10 de 2024. É sempre fácil imputarmos aos de cima a responsabilidade, mas, em rigor, eu dei-me ao trabalho de ler o Decreto-Lei, e não obriga a nenhum aumento de taxas. Aliás, é um documento para o Simplex de licenciamentos. E o que ali se diz é que as câmaras têm que evitar certos procedimentos, tal como o Governo Central também. E a Câmara, e bem, decidiu fazer uma nova taxa de licenças, porque algumas foram abolidas por este Decreto-Lei e desenvolveu um investimento concursal para o fazer. Parece que a proposta já está feita. Mas se significa fazer um novo regulamento para aumentar muito as taxas, no fundo, é repercutir apenas nos municíipes e, ainda por cima, justificar com uma lei do Governo Central que, de facto, não obriga a nada daquilo que é aqui dito, como uma relação quase direta: o Governo alterou a lei e nós agora somos obrigados a cobrar mais taxas. Ora, é exatamente ao contrário. Era o Simplex de licenciamentos. Portanto, não percebo esta ligação que fazem aqui na parte introdutória, mas admito que seja uma forma expedita para apresentar as questões. Gostaríamos de saber, também um pouco na

linha daquilo que referiu o Senhor Vereador António Monteirinho, se a palavra que aqui é referida nesta introdução é a palavra concretização, e já lá iremos, poderemos ter mais concretização, mas também será um orçamento com mais taxas. Gostaríamos de perceber um pouco mais esta ligação que aqui é referida. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Muito obrigado pelas vossas intervenções. Sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento apresentado, nós consideramos que este Orçamento e as GOP de 2026 são os elementos para a decisão e para a concretização. Particularmente, as GOP de 2026 representam uma decisão estratégica sobre o modelo de desenvolvimento da Guarda. São a afirmação de que o concelho não pode continuar a perder oportunidades, nem ficar para trás face a outros territórios. São uma escolha entre a inércia e a ação, entre o adiamento e a concretização. Politicamente, afirmam liderança, coragem e compromisso com o futuro. Economicamente, apostam no investimento estruturante como motor de crescimento, competitividade e coesão territorial. As GOP de 2026 assumem-se como um instrumento político e económico determinante para o futuro da Guarda. Este é o ano em que o município entra, de forma decidida, no ciclo da concretização, ainda mais, depois de um período exigente de planeamento, negociação institucional e captação de financiamentos nacionais e europeus. As GOP de 2026 traduzem, assim, uma escolha política clara: investir agora com responsabilidade e visão estratégica, para corrigir atrasos históricos e preparar o concelho para um novo patamar de desenvolvimento. Do ponto de vista político, estas GOP refletem um modelo de governação baseado na responsabilidade, na transparência e na defesa do interesse coletivo. O Executivo assume que governar não é adiar decisões difíceis, mas sim criar condições para

transformar oportunidades em resultados concretos. A forte captação de fundos do PRR e do Portugal 2030, obriga o município a assumir a sua participação financeira, mas também impõe uma exigência acrescida de coerência institucional. As GOP afirmam que não é possível querer as obras sem assumir os meios para as financiar, nem defender o desenvolvimento do concelho recusando as decisões que o tornam possível. Este comentário é, por isso, um apelo à maturidade democrática, à união institucional e à responsabilidade política de todos os eleitos. Do ponto de vista económico, respondem a um contexto excepcional. O PRR e o Portugal 2030 encontram-se na sua fase decisiva. Nunca, como agora, a Guarda teve acesso a instrumentos financeiros com esta dimensão e capacidade transformadora. Não aproveitar este ciclo de investimento significaria comprometer o crescimento económico do concelho, a competitividade das empresas, a atração de investimento e a criação de emprego. As GOP assumem que o investimento público é hoje um fator crítico para alavancar o desenvolvimento privado, melhorar infraestruturas, qualificar o território e reforçar a coesão social. As opções económicas inscritas privilegiam investimentos estruturantes, com impacto duradouro: mobilidade urbana, planeamento territorial, habitação, logística, energia, educação, proteção civil, cultura e requalificação urbana. Estes investimentos não são despesa corrente, mas sim investimento produtivo, com retorno económico, social e territorial, capaz de gerar riqueza, atrair empresas, fixar população e melhorar a qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o documento revela prudência financeira ao enquadrar o esforço municipal num horizonte plurianual, articulado com a capacidade real do orçamento e com uma gestão responsável da dívida e da tesouraria. Em síntese, as GOP de 2026 representam uma decisão estratégica sobre o modelo de desenvolvimento da Guarda. São a afirmação de que o concelho não pode

continuar a perder oportunidades nem a ficar para trás face a outros territórios. São a escolha entre a inércia e a ação, entre o adiamento e a concretização. Politicamente, afirmam liderança, coragem e compromisso com o futuro. Economicamente, apostam num investimento estruturante com motor de crescimento, competitividade e coesão territorial. É esta conjugação entre visão política e racionalidade económica que justifica as Grandes Opções do Plano para 2026 e que fundamenta a ambição de uma Guarda mais forte, mais preparada e com mais futuro. Sobre as questões colocadas, e tentarei ser breve. Relativamente ao aumento de custos com o pessoal: é normal que os senhores não saibam, mas, só neste ano de 2025, estamos a caminho de 1 milhão de euros, Senhores Vereadores, só com atualizações salariais. Naturalmente, todos nós saudamos as atualizações salariais, mas já vamos com cerca de 1 milhão de euros, até agora, de atualização salarial, em relação aos montantes que os senhores referiram. Depois, temos também a alteração do posicionamento remuneratório, que também concorre para esse valor, porque a rubrica é única e está lá tudo incluído. As novas chefias, que há um ano não existiam e passaram a existir, que nós designámos, também concorrem igualmente para esse valor. E, por isso, aquilo que é o aumento que os senhores referem, em abono da verdade, está lá tudo isto incluído. Portanto, não é líquido aquele valor, naturalmente, que os senhores acabaram de referenciar. Ainda para mais, e agora com estas reformas para os próximos anos, estamos mesmo a ver aquilo que irá acontecer. Depois, sobre taxas, multas e outras penalidades: a Câmara da Guarda, já há dois anos ou mais, tem em revisão o seu Regulamento de Taxas. E, neste momento, não é há um ano, mas para lá caminha, o Município da Guarda tem demasiadas taxas que está legalmente impossibilitado de poder cobrar, em função de todas essas alterações legislativas que existiram. Teve que ser feita

uma revisão geral, que está na sua fase final. Esperemos que nas próximas semanas venha aqui para se poder fazer essa revisão do Regulamento de Taxas, e cobrar aquilo que tem que ser cobrado. Porque há muitas que, neste momento, não estão a ser cobradas há demasiado tempo. E isso, naturalmente, é uma fonte de receita fundamental para o município, porque são receitas que têm que ser cobradas nos termos da lei. Devo recordar que, numa auditoria da IGF, há alguns anos, nesta casa, há cerca de oito, seis anos, já não me recordo, uma das coisas que a IGF referenciou, tinha a ver com a cobrança de taxas que o Município da Guarda estava obrigado a cobrar às pessoas, às empresas, enfim, tudo o que está previsto no seu RTOR (Regulamento de Taxas e Outras receitas). Há, efetivamente, um aumento de custos - no que diz respeito à higiene, à limpeza, tem a ver com a recolha dos resíduos sólidos. Aumenta substancialmente o custo, naquele concurso, a cinco anos. Mesmo assim, nós conseguimos baixar. Tal como eu referi várias vezes ao longo destes anos, os resíduos em Portugal estão a aumentar de uma forma exponencial e, naturalmente, a recolha dos resíduos também. Infelizmente, por mais que consigamos trabalhar para reduzir custos, quando nos são impostas taxas, licenças, tarifas, enfim, das entidades em alta, e a TGR que vai para o Estado, este valor aumenta, digamos assim. Depois, sobre os recursos para as obras: o Senhor Vereador olhou para o orçamento de uma forma global, em termos de dotação das rúbricas. Mas, depois, nas Grandes Opções do Plano, está lá discriminado um conjunto de intervenções e está lá tudo devidamente especificado. Por isso é que nós temos vários quadros, naturalmente, que o orçamento obriga, onde estão as coisas principais elencadas. Sobre os apoios do PRR: nós estamos a fazer aquilo que todos os municípios no país estão a fazer, e os municípios que têm obras PRR no seu orçamento. Têm que lá estar todas as verbas devidamente mencionadas em

2026, sob pena de, numa qualquer auditoria, seja do Tribunal de Contas ou de outra entidade, haja aqui lugar a outras matérias e outras considerações. Tem que estar lá tudo devidamente vertido no orçamento. Sobre o Plano de Revitalização: Senhor Vereador, devo recordar que um dos pais da criança do Plano de Revitalização fui eu mesmo, que, à época, liderava o grupo dos municípios do Parque Natural da Serra da Estrela. Mas, já agora, deixe-me dizer, seis municípios estão em uníssono nesta matéria e no diálogo que temos vindo a ter com os consecutivos governos. Já apanhámos quatro governos neste processo. Vamos no quarto governo, e temos vindo a dialogar. Bom, mas é importante também que a Assembleia da República fale sobre estas matérias. É importante que fale, porque estamos a falar de uma verba de 155 milhões de euros. 6 ou 7 estão em execução, em números redondos. O resto não. Portanto, é importante que na Assembleia da República se fale sobre esta matéria. Sabe porque é que eu digo isto, Senhor Vereador? Para que não haja gente do nosso território - e não me estou a referir a si, atenção. Nem a si nem a nenhum dos Vereadores que aqui estão - que vá para Lisboa contrariar aquilo que são as necessidades do território, dizendo que, por razões políticas, este Plano de Revitalização não faz sentido. E nós, autarcas, tememos que alguém ande a fazer isto em Lisboa. Esperemos que não. Esperemos, sinceramente, que não, porque os seis autarcas estão cada vez mais unidos neste propósito, que é um propósito da nossa região. Não é da Guarda ou de Celorico ou de qualquer um dos concelhos, muito menos a nível individual. É um desiderato, é uma necessidade da nossa região. Depois, o Senhor Vereador duplicou o valor dos recursos humanos. Não, de todo, Senhor Vereador. Mais uma vez, digo: aquilo que o senhor leu foi os capítulos gerais, mas veja os específicos. São 12 milhões que lá estão para os vencimentos das pessoas. O resto, são outro tipo de custos que lá estão. Por isso,

Senhor Vereador, quando estiver a fazer comparações, faça lá o favor de comparar aquilo que é comparável. Não esteja a comparar rúbricas que são diferentes ou linhas que são diferentes, para sabermos efetivamente do que estamos a falar. Depois, sobre o Centro Histórico: estão lá, nas Grandes Opções do Plano, as intervenções; está lá o Museu dos Sabores da Serra da Estrela, cujo concurso está a decorrer; estão lá os projetos que estão a decorrer dos outros equipamentos, o Centro de Interpretação das Judiarias, a Casa das Artes, os projetos que estamos a desenvolver. Não vale a pena estarmos a colocar ainda mais valor quando não temos ainda qualquer garantia de financiamento ou não sabemos ainda qual é o valor da obra. É o projeto que lá está, que nós temos que continuar a colocar sempre, e este é o primeiro orçamento deste mandato, é lá que devem estar elencadas todas essas rubricas, esses investimentos para o futuro. Sobre as propostas apresentadas pelos partidos políticos: nos últimos doze anos, particularmente, (vamos para o décimo terceiro ano que eu estou na vida política ativa na Câmara da Guarda), mas se recuarmos para trás também é verdade, se formos aos últimos vinte, trinta, quarenta anos, nunca nenhum executivo municipal pediu contributos à oposição, a não ser nós nos últimos quatro anos. E estamos no quinto orçamento. E nós, naturalmente, agradecemos sempre os contributos da oposição. Devo lamentar que, no passado recente, há dois anos, sensivelmente, em que nós integramos os contributos na totalidade e depois, a seguir, os senhores chumbaram o orçamento. Há dois anos. É bom recordar isso. Nós colocámos lá os contributos todos, e os senhores a seguir chumbaram o orçamento. Aliás, foram os senhores vereadores, à época, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Mas, tal como nós dizemos no documento, e fazendo a comparação com aquilo que cada um enviou, 75% das propostas são coincidentes com as nossas. Seja de uma

forma, seja da outra, o objetivo é o mesmo. E nós ficamos muito satisfeitos, quer dizer que estamos todos em linha, grosso modo, com aquilo que são as necessidades e o desenvolvimento da nossa terra para o futuro. E, por isso, agradecemos muito os contributos da oposição. É claro que há lá matérias que são linhas que nós consideramos intransponíveis. A questão dos impostos, nomeadamente. Os senhores não colocaram isso, mas outras forças colocaram a questão dos impostos. Há coisas que nós não podemos ir a esse ponto. Não estou a referir-me das vossas, mas no computo geral. É claro que aquilo que nós temos que executar foi aquilo que foi maioritariamente sufragado, pela população da Guarda, que foi o nosso programa eleitoral, com os contributos, naturalmente, da oposição, que muito agradecemos. Depois, sobre a Variante da Sequeira, enfim, a Variante da Sequeira não é para ser executada pela Câmara da Guarda. Por isso é que ela não pode lá constar. Nem a Variante da Sequeira, nem a Variante dos Galegos, nem o Porto Seco, naturalmente. São executados pela Administração Central, pelas empresas que bem sabemos: Infraestruturas de Portugal, ou a APDL, em razão da matéria. Por isso é que não podem lá constar. Senhor Vereador João Prata, essa questão... já agora, esse termo CILOG, engraçado, os senhores não sei se foram buscar a inspiração a Salamanca ou não, porque já lá existe uma coisa que se chama CILOG, em Salamanca. Não sei se foram buscar aí a inspiração ou não, mas nós percebemos bem aquilo que os senhores referiram. E, sabem, a Variante da Sequeira deu muito trabalho a puxar por ela, deu muito trabalho a firmar todos aqueles documentos e a revisão dos valores dos projetos que estão a ser desenvolvidos. E, portanto, até que a Variante da Sequeira esteja concluída, naturalmente, vai demorar alguns anos. Estão a terminar o projeto, depois lançar o concurso, as auditorias técnicas, enfim, é um processo moroso. Esperemos que, no

final de tudo isso, seja uma grande obra. E vai ser, certamente, uma grande obra para a cidade, vai ser para toda a zona nascente da cidade, para a zona nascente do concelho e, naturalmente, também para poder servir esta primeira fase do Porto Seco. Primeira fase, porque, mais uma vez vou dizer, pela décima ou vigésima vez, o Porto Seco era ali que tinha que começar, sem qualquer ampliação, contrariamente àquilo que estava previsto há quatro anos. A segunda fase será mais a sul, num terreno que já está previsto, em termos de ordenamento do território, nos termos do PDM que já foi aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. E por isso o caminho faz-se caminhando. E os constrangimentos que eventualmente possam existir ao nível rodoviário, seja os técnicos do município, seja a APDL, estão a acompanhar isso para definir um traçado. Há uma coisa que eu já garanti publicamente: é que, na parte da Avenida de São Miguel, que em breve vai entrar em obras, esperamos nós, os camiões, por razões óbvias, já não vão poder passar depois da sua reabilitação. E, por isso, o trajeto para poder sair para as vias de circulação, que está a ser analisado tecnicamente, e, no futuro, com a Variante da Sequeira, mais ainda. Por isso, não vale a pena estarmos já a dizer aqui-d 'el-rei que vai voltar o caos. Então, Senhor Vereador, o caos, há quatro anos, também ia acontecer, porque era aquilo que há quatro anos estava previsto e nem havia Variante da Sequeira! Então, mas o caos agora existe, e há quatro anos não havia? Mas onde é que nós estamos afinal? Nós percebemos bem aquilo que é a vossa opinião. Percebemos e compreendemos bem. E o futuro a Deus pertence. E mais do que isto, não vale a pena dizer porque não existe. Mas, já agora, o senhor disse que, na campanha eleitoral, já tinha quase a garantia do senhor Ministro. Se tiver um documento qualquer que diga isso...! Mas é para aquilo, não é para dar um nome novo à Variante da Sequeira, nem um nome novo à VICE. Não, isso não. Dar

nomes novos às coisas, não. Até porque um troço da VICEG até tem lá o nome do saudoso António Almeida Santos. Agora, o caminho faz-se caminhando, e o futuro a Deus pertence. Sobre os 18,2 milhões de euros de obras já com financiamento aprovado ou candidatado, Senhor Vereador, no orçamento que está aqui para discussão está cá tudo.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Está tudo aprovado?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não.” -----

- **João Prata, Vereador:** “É isso que eu queria saber.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não está tudo aprovado. Por isso é que lá está escrito e está assinado por mim: ou aprovadas ou candidatadas.” -----

- **João Prata, Vereador:** “É essa a diferença que nós queremos saber.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, não sei dizer aqui os números, porque são muitos. Entre as obras aprovadas ou candidatadas, é aquele montante que já lá está, de um valor que nós negociámos. Nós negociámos, há cerca de dois anos, o Quadro Comunitário de Apoio, o 2030. Estamos num ciclo em que mais verba vem para o Município da Guarda desde que há Quadros Comunitários de Apoio. A negociação deve ter sido mais ou menos bem feita. É claro que, olhe, o Senhor Vereador não imagina o que é o suplício para aprovar candidaturas nos dias que correm, com os esclarecimentos, com os pontos e vírgulas, com tudo isso. São os técnicos que fazem esse trabalho. Seja a Avenida de São Miguel, seja os pavilhões que estão em construção, sejam as escolas a reabilitar, tudo isso está aqui devidamente elencado. E este é o montante total do que já está aprovado e do que está em análise ainda. Às vezes, veja só, por um documento, que tecnicamente demora tempo a ser obtido, às vezes passam-se meses para aprovarem as candidaturas. Infelizmente, isto é o estado da burocracia que nós temos no nosso

país. Sobre a redução de gastos de energia e iluminação, Senhor Vereador, se reparar, estão lá duas colunas: valores definidos e valores não definidos. E os não definidos são para acautelar aquilo que possa ser o abaixamento de custos em função das contratações em grupo que nós estamos a fazer. E acredite que se têm conseguido boas reduções, o que é ótimo, particularmente na energia que é o que pesa mais. E, portanto, o orçamento está preparado para isso. E quando sair o resultado final dos concursos... o ideal era que até conseguíssemos baixar mais, mas isso não vamos baixar de certeza absoluta, porque o mercado está como está. Sobre o pavilhão multiusos, Senhor Vereador, consta lá o projeto na rubrica orçamental. Está lá no orçamento. Nas Grandes Opções do Plano, está lá uma linha que fala na cidade desportiva e no pavilhão multiusos. Projeto - foi aquilo com que nós nos comprometemos e é o caminho que nós queremos fazer, que é um longo caminho. Sobre a FIT, não, Senhor Vereador, não temos previsto fazer a FIT. Sabe porquê? O senhor, naturalmente, não estava cá na vereação anterior e não sabe os números. A FIT, nos dias de hoje, custaria ao município da Guarda 1,5 milhões de euros, sem qualquer financiamento. Os custos que há quatro anos foram levantados pelos serviços técnicos e, naturalmente, fazendo as contas aos dias de hoje, a FIT custaria 1,5 milhões de euros, com todas as estruturas que ela teria que ter. E, por isso, tal como dissemos então, não é possível ao Município da Guarda, até que outras coisas existam, fazer anualmente uma FIT com este custo. O que nós dissemos há quatro anos, continuamos a manter: está simplesmente adiada, até que haja condições financeiras para voltar a fazer. Alguma questão mais?" -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Se me permite, Senhor Presidente, aqui duas questões prévias. Não nos disse se iria imputar esses custos do aumento dos resíduos sólidos à população. Portanto, se pudesse esclarecer, agradecia, uma vez

que o aumento é significativo, passa quase para o dobro. Não chega, mas anda lá perto. Depois, não esclareceu a questão das transferências da APAL, e eu gostaria de ver isso refletido. Eu tenho uma justificação, já a apresentei, mas penso que seria importante nós sabermos a que é que correspondem estas transferências que são feitas entre a APAL e a Câmara. Depois, Senhor Presidente, tenho aberto o Orçamento para 2021 e diz o seguinte, é o que consta na Câmara: despesas com o pessoal - 12 milhões 760 mil 802 euros; despesas com o pessoal no orçamento para 2026 - 21 milhões 169 mil 800 euros. Portanto, Senhor Presidente, eu até me podia ter enganado e ter visto mal os números, mas o Senhor Presidente é que se enganou. Portanto, verifique os números e não atire areia para os olhos, quando estamos a apresentar as coisas, porque foi isso que me pareceu que tentou justificar. Está aqui, à nossa frente. Nós estamos a falar de um orçamento. Quando vierem as contas, eu depois faço-lhe as contas daquilo que tem sido a sua gestão nos últimos quatro anos. Isto aqui representa um modus operandi, significa que é aquilo que nós estamos a gastar de uma forma insustentável, porque se isto se mantiver mais de quatro anos, neste ritmo, nós estamos a falar, no final deste mandato, em mais de 30 milhões de euros. E isso é significativo, Senhor Presidente. É preciso olharmos para os números com a atenção devida, porque esses valores são valores que são retirados ao investimento e à capacidade que a Câmara deveria ter para enfrentar situações adversas, mas essencialmente, para investir, seja na recuperação de equipamentos, seja a fazer novos investimentos. E depois, não venha pedir à oposição que aprove mais uns empréstimos, porque isso é que me parece que, de alguma forma, estará a subverter aquilo que deve ser a sustentabilidade financeira. E, portanto, eu peço-lhe atenção para olhar para estes números. E a oposição, quando aqui está a referir esta linha de atuação, quer única

e exclusivamente alertar para um pensamento que deve ser diferenciado, que deve-se ter em conta quando se tomam opções políticas, porque elas têm implicações que serão refletidas no futuro e serão refletidas nas novas gerações. E, assim sendo, parece-me que o Senhor Presidente encara sempre as intervenções da oposição como sendo uma intervenção para tirar algum dividendo político. Eu falei na Variante da Sequeira, eu sei muito bem que a Câmara não tem, em termos financeiros, qualquer responsabilidade em relação a isso. Mas eu, quando falei nisso, falei única e exclusivamente na pressão política que a autarquia deve exercer sobre a administração central para que se concretize essa infraestrutura que é necessária para acompanhar o desenvolvimento da infraestrutura do Porto Seco. Quando nós falamos em desenvolvimento económico e pomos à cabeça o Porto Seco, temos de ter noção que temos de ter as condições necessárias para que ele se possa desenvolver harmoniosamente. E não tendo a infraestrutura, em termos rodoviários, que possa fazer escoar os transportes pesados, será, com toda a certeza, um obstáculo ao desenvolvimento económico. E é isso que é necessário frisar. Depois, termino dizendo o seguinte, senhor Presidente: eu ouvi todas as suas respostas e gostaria só que me respondesse a essas duas, ou que me pudesse esclarecer. O Partido Socialista faz depender o voto em relação às questões que vai colocando. Quando elas são satisfatórias, o Partido Socialista corresponderá, quando elas não são satisfatórias, evidentemente que o Partido Socialista também tem que tomar posição, porque não podemos colocar questões e não sermos esclarecidos. E parece-me óbvio que estas duas questões - se os custos do aumento dos resíduos sólidos são imputados ou não aos guardenses, e a questão da transferência da APAL - também vão implicar as decisões das votações em relação aos restantes documentos. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há alguma questão mais, senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “A questão da informação, em primeiro lugar, Senhor Presidente. Noto que na introdução deste Orçamento, em confronto com a introdução ao Orçamento realizado em 2024 para 2025, há realmente uma alteração negativa no tratamento que confere à oposição. Mas isso apenas registamos e passamos à frente. Depois, ainda sobre a prestação de informação e o estatuto de oposição, passamos à frente, mas registamos que, na anterior introdução às Grandes Opções do Plano e Orçamento, mencionou e elencou as medidas apresentadas pelos Vereadores (já lá vamos à questão do que é que diz o estatuto da oposição e o que é que não diz), e recordava ali a oposição como importantes aliados, etc. Agora, pelos vistos... está no seu direito, aliás, como se costuma dizer, é passar à frente. As ações ficam mesmo com quem as pratica. Mas, como ainda por cima está escrito, é fácil de fazer esse confronto. Em relação à prestação de informação, dizer, Senhor Presidente, objetivamente, o estatuto de oposição não diz só que os partidos de oposição presentes nos órgãos deliberativos e executivos devem contribuir de facto para o orçamento e para as atividades, mas com referência sempre a informação prestada pelo município e pelas freguesias. E é assim que estou habituado a ver e a fazer, já o fiz, dando sempre mais indicações do que simplesmente dizer (agora não leve a mal esta forma de dizer): deem para aí umas sugestões, pelo menos não podem dizer que não fizemos essa diligência. Não. A Câmara Municipal, não só a da Guarda, mas todas as câmaras municipais e todas as juntas freguesias do país, devem suscitar a participação da oposição neste processo, mas sempre prestando informação prévia. É assim que vem nos livros, é assim que está estatuído na lei e são os partidos que devem ser convidados a participar, embora admita perfeitamente a solução ou a sugestão aqui avançada

pelo Senhor Presidente de pedir aos Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados Municipais. Diria que é possível essa versão, a lei não diz isso, mas é possível essa versão. O que está verdadeiramente em questão é que há uma informação muito deficitária, para não dizer nula, no pedido que é feito. Já agora...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Peço-lhe que acelere por causa do tempo, a réplica tem um tempo limitado.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Qual é o tempo, Senhor Presidente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “São cinco minutos, se não me falha a memória, no regimento. Peço-lhe que conclua o mais rapidamente possível, se faz favor.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Portanto, dizer que em relação ao estatuto do direito da oposição, a Câmara poderá fazer um “esforçozinho” para ser... aliás, mesmo na apresentação deste orçamento, normalmente, o que eu vejo noutros locais, e daquilo que também pude ver, ou que eu já vi, é que há sempre uma comparação feita com os anos anteriores para evitar... aliás, até porque é mais fácil para o poder e para a oposição poderem comparar estes dados com os dados da execução e do desempenho anterior. Depois, dizer-lhe, Senhor Presidente, que apreciei a sua preocupação com a proposta do Guarda com Ambição, e pode crer que foi presente a quem direito, que era uma necessidade para a Guarda, em particular para a zona baixa da cidade, que fosse ponderado claramente essa questão de oferecer uma via diferente daquela que neste momento, como bem acabou, no fundo, por reconhecer o Senhor Presidente na sua intervenção, é óbvio que a Avenida São Miguel, é óbvio que a Rua da Treija, é óbvio que a Rua dos Caminhos de Ferro, a ser verdade que vai ter um movimento inusitado de camiões, não podem ser utilizados, nem são bons para os camiões, nem para os residentes. Portanto, é preciso criar uma solução

que leve os camionistas, as mercadorias, o transporte de mercadorias, diretamente das autoestradas para o Porto Seco, sem interferir. E isso é possível, e foi isso que andámos a verificar. E o tom jocoso com que tratou, só lhe fica.. normalmente as ações são para quem as pratica. Nós apenas registamos a ideia da palhaçada que pretende apresentar, mas obviamente também notei nisso a verdade das nossas preocupações em termos de campanha eleitoral, e que vamos continuar a manter. A negociação com o Governo é feita por quem ganhou as eleições e quem ganhou as eleições...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu peço que conclua, Senhor Vereador.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Ainda estou longe de concluir. Quem ganhou as eleições, naturalmente, fará esse trabalho, tal como fazem outros. Referiu aí, há pouco, a questão com os representantes em Lisboa. Pois lhe garanto que os representantes do distrito, em Lisboa, os três deputados eleitos, seguramente querem o melhor para a sua terra, como o senhor quer, como o Vereador António Monteirinho, como a Vereadora Alexandra Isidro e como eu, e como os senhores Vereadores do Nós Cidadãos e PPM também querem o melhor para a Guarda. E hostilizar não é realmente a melhor solução para tentar resolver os problemas. O Plano de Revitalização não é para aqui chamado, mas um dia destes falaremos sobre esse mesmo plano. Dizer-lhe, Senhor Presidente, em relação à questão do Orçamento, o que nós podemos verificar é que, se fossem atendidas também em consideração algumas sugestões apresentadas... e é verdade, diz muito bem, e eu concordo, quem ganha as eleições governa e deve governar com o seu programa. E aí nada temos a obstar, bem pelo contrário, é da lógica da democracia. Mas também é da lógica da democracia, se virmos boas ideias, no sentido de responder a necessidades dos cidadãos e ao desenvolvimento das comunidades, devemos

procurar, de alguma forma, integrá-las. E, talvez, as sugestões que nós apresentámos: os 50 anos do poder local; a continuação de um projeto que esta Câmara teve, que é a Carta da Paisagem; na área da educação, mais apoio às escolas; na área agrícola, também fizemos sugestões que vieram de acordo com as conversas que fomos tendo na campanha eleitoral e que vamos continuar a manter durante o período do mandato; mesmo a questão do inventário nacional (concordamos com o Centro Interpretativo da Cestaria e do Cobertor do Papa, concordamos. É uma boa ideia, esperemos que tenha concretização. Mas é preciso inscrever no inventário nacional do património cultural), esse tipo de questões poderiam estar também plasmadas ou inscritas no Orçamento. E, na verdade, não as vimos inscritas. E não são sugestões boas, nem são más, são apenas contributos positivos que, se ficassem aqui espelhados, ficariam para os vindouros. E não é mal nenhum ficar com a chancela do PSD. Não é mal nenhum. Como outras poderiam vir do Partido Socialista ou dos outros partidos a quem pediu opiniões, se é que as deram. Depois, referir que a questão do orçamento poderíamos dizer que é um orçamento em que a palavra-chave é mencionada...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, desculpe. Já triplicou o tempo que tem, portanto, peço-lhe que, num minuto, conclua, por favor.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Num minuto, dizer, Senhor Presidente, que é um orçamento com mais taxas, e que a palavra-chave é a concretização. E esta palavra concretização, que menciona o Senhor Presidente nesta introdução, é exatamente, no fundo, a concretização de muitas das obras que vinham enunciadas em 2024 para 2025. Umas não foram começadas, outras não estão terminadas sequer, nem a meio vão. E, portanto, é um Orçamento que desdiz muito daquilo que refere o Senhor Presidente ao longo deste tempo que leva de Presidente de Câmara. Ou

seja, oxalá, nós fazemos votos para isso, que 2026 seja realmente a concretização de uma série de projetos, de uma série de ideias que são válidas, que são positivas, que até já vêm do passado, do passado no qual o Senhor Presidente também teve intervenção. Mas nós queremos é que elas se concretizem, mas que realmente se concretizem. Porque a palavra-chave deste Orçamento é a concretização, mas concretização de muitas das promessas que já foram feitas, pelo menos para 2025. Eu estive a verificar o Orçamento do ano passado: umas nem sequer foram começadas, outras nem sequer foram acabadas. E depois dizer, Senhor Presidente, para concluir: não respondeu à questão de ter chegado a 30 de junho de 2025 e apenas ter concretizado, em despesas de capital ou de investimento, apenas 9 milhões de euros, quando tem previsto gastar, para este ano, 28 milhões de euros. Isto faz-nos duvidar muito, mas não queremos deixar de fora e estarmos na lógica de também querermos ver mais concretização para a Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, sobre as questões colocadas sobre o custo dos resíduos, veremos. Em breve, falaremos sobre os tarifários, terão que vir aqui. O aumento do tarifário estará em linha com a inflação. Por isso, outros custos que haja, o município, no caso dos resíduos, vai ter que... há uma parte que assume, que já está a assumir, mas há uma parte que naturalmente tem que ser refletida no consumidor, no que diz respeito à inflação, sob pena de estarmos a cometer aqui uma gestão que não pode ser dessa forma. Devo recordar que há três ou quatro anos, o município não aumentou as taxas de resíduos e assumiu o aumento de custo. E, à época, foram 100 mil euros por ano. Mas continuam a aumentar os resíduos. Continua a aumentar, e nós não podemos abranger mais isso no nosso orçamento. Sobre as transferências da APAL, uma parte tem a ver com os resíduos que cobra e depois que entrega. Mas há outros acertos de contas que

continuamente vão sendo feitos entre a Câmara Municipal e a APAL, seja para um lado, seja para o outro. Por isso é que houve aquele acordo de colaboração, que está em vigor, entre a APAL e os municípios, para estes acertos de contas, porque há despesas que ainda estão a ser, digamos, debitadas entre entidades até ficar tudo devidamente estabilizado. Já agora, porque o senhor usou termos que, enfim, só o vinculam a si, nos salários estão os aumentos salariais que têm vindo a aumentar ao longo destes quatro anos. Nada contra, mas tem que ser refletido precisamente nas contas do município. São os aumentos salariais, a atualização salarial, a revisão das carreiras, o acelerador do SIADAP. São milhões, Senhor Vereador. Por ano, são milhões. E, naturalmente, nós não podemos deixar de repercutir isso. Aliás, de outra forma não podia ser feito, tudo isso ser devidamente repercutido naquilo que é o orçamento. O senhor há pouco falou da questão das obras PRR, eu não sei se percebi bem. O senhor falou que outros municípios pediram empréstimos para as obras e depois pagam quando vem o PRR. Foi mais ou menos isto que disse. Devo recordar aquilo que foi o pedido de empréstimo que nós fizemos, senhor Vereador, há cerca de dois anos, talvez nem tanto, e que os senhores chumbaram. Era empréstimo para a habitação, era para a residência de estudantes e era para isso tudo. Está nas atas. Os senhores chumbaram isso, é público aquilo que os senhores fizeram. Mas o senhor falou, espero que decida o voto favorável, ou abstenção, pelo menos, porque há pouco, o senhor, depois das minhas explicações, e acho que foram bem dadas, o senhor votou contra. Portanto, peço-lhe que possa votar favoravelmente ou abster-se, pelo menos. Senhor Vereador João Prata, as expressões que o senhor utilizou também só a si vinculam. Eu não gosto de usar esse tipo de expressões, mas, enfim. Apenas dizer-lhe que é absolutamente essencial que executivo, oposição e a sociedade estejam perfeitamente alinhados

naquilo que são os investimentos para o futuro da Guarda. 75% das medidas apresentadas pela oposição, no seu todo, constam deste orçamento. E, por isso, isto é um fator muito importante que eu devo salvaguardar. Estamos alinhados. É claro que depois há outras opções mais à esquerda, mais à direita. Mas, três quartos, estamos alinhados naquilo que é a necessidade e no futuro do desenvolvimento da nossa terra, no que diz respeito a investimentos e outras concretizações. E, já agora, contrariar aquilo que o senhor disse no final da sua intervenção, é só ver as obras que estão por aí em curso, seja na área da educação, na área da habitação, na área da reabilitação urbana, na área do desporto. E, portanto, elas falam por si. Muito bem. Colocando o ponto à votação, por favor.”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “O Partido Socialista abstém-se.”-----

- **João Prata, Vereador:** “Abstenção.”-----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteirinho.* -----

**PONTO 3 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 61/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

O Código de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), estabelece na alínea c), n.º 1 do artigo n.º 112, como taxa máxima de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos 0,45%; -----

O n.º 1 do artigo 112º-A do CIMI, na redação atual, estabelece que os Municípios podem fixar reduções de taxa de IMI a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar; -----

O IMI é nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma receita própria dos Municípios, o qual incide sobre o património situado na sua jurisdição territorial; -----

É nossa intenção continuar a aplicar uma taxa de IMI que torne o concelho da Guarda amigo das famílias e empresas, colocando os cidadãos no centro da sua decisão e das suas políticas, mantendo a taxa de IMI para as famílias generalizando a mesma como forma de melhorar a seus rendimentos e promover a seu bem-estar social, criando condições para a aquisição de casa própria e fazer face à perda de rendimentos. -----

Deste modo, será aplicada uma taxa de IMI de 0,375% colocando as finanças da autarquia ao serviço da coesão social. Protegendo as famílias e as empresas do concelho da Guarda da incerteza em que vivemos derivada da atual situação económica. -----

Propõe-se a manutenção da taxa de IMI, assim como, a atualização, de acordo com a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, das minorações em função do número de dependentes, abrangendo assim um maior número de proprietários de imóveis; -----

Do mesmo modo, manter-se-á a majoração imputável a prédios urbanos degradados e a atualização, de acordo com a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, aos rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, uma vez que a requalificação e regeneração do território tem sido um desígnio abraçado por este Município pelo qual não podemos deixar de pugnar.-----

*Nesta conformidade, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----*

*Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos seguintes termos:-----*

- 1. A taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos, avaliados nos termos do CIMI, seja de 0,375%, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI; -----*
- 2. Elevar ao triplo, a taxa fixada para os casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio, cujo estado de conservação não tenha sido motivado por desastre natural ou calamidade, conforme estabelecido na alínea a) do n.º 3 do artigo 112º do CIMI;-----*
- 3. Majoração em 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, estando ou não ocupados, de acordo com o n.º 8, do artigo 112º do CIMI; -----*
- 4. Majoração para o triplo da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono não podendo, da aplicação*

*desta majoração, resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido de acordo com o n.º 9 do artigo 112º do CIMI, na sua redação atual;--*

*5. A redução da taxa do IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 112º-A do CIMI, na sua redação atual: -----*

*a) Em 30€ para famílias com 1 dependente a cargo; -----*

*b) Em 70€ para famílias com 2 dependentes a cargo; -----*

*c) Em 140€ para famílias com 3 ou mais dependentes a cargo; -----*

*6. As taxas aprovadas sejam comunicadas por transmissão eletrónica de dados à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro de 2025 nos termos do n.º 14 do artigo 112º do CIMI.”-----*

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se quiserem, podemos discutir os pontos 3, 4, 5 e 6 em conjunto, por uma questão de economia de tempo, e depois votamos em separado, se concordarem. Senhor Vereador?” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “A forma de votar, vai ser diferente. Portanto, eu agora limitar-me-ia a falar no ponto 3, na fixação da taxa do IMI. Em relação à taxa do IMI, evidentemente, quando se tem gastos na ordem de que falámos anteriormente, é difícil poder baixar a taxa do IMI. No entanto, eu gostaria de realçar aqui um aspeto que me parece muito importante, que já foi discutido, já foi diversas vezes falado pelo Partido Socialista e que nunca teve, da parte do Executivo, a aceitação. Nós, ao continuarmos com uma taxa de IMI tão elevada e sem uma estratégia definida, nós vamos ter dificuldades em nos relacionarmos na mesma posição com outros municípios. Ou seja, quando nós não temos uma taxa reduzida, por exemplo, para a fixação de jovens, e isso já foi um programa sério de fixação de jovens que o Partido Socialista já apresentou e que falava na redução da taxa de IMI para a fixação de jovens, para a primeira habitação própria e

permanente, na isenção das taxas de licenciamento para construção de novas habitações. Quer dizer, quase todos os municípios no litoral têm isto, já têm população a mais, e nós continuamos no interior a não ter essa capacidade de alterar as taxas, pelo menos para atraímos população. Quando é assim, torna-se difícil nós competirmos com os outros municípios. Por isso mesmo, o Partido Socialista aqui tem pouca margem de manobra. Quando houver uma estratégia global, pelo menos direcionada para os jovens... Quando nós temos uma população cada vez mais envelhecida no nosso território e é transversal a todo o interior; quando nós, única e exclusivamente, levantamos a bandeira e falamos sobre esse assunto, dizendo que a nossa população está cada vez mais envelhecida; quando temos instrumentos ao nosso alcance para os disponibilizarmos e os colocarmos no terreno, não os utilizamos, então, eu não percebo, tenho alguma dificuldade em perceber qual é que é a estratégia. Se houver aqui uma estratégia em relação à diminuição da taxa, pelo menos para os jovens, para a habitação própria e permanente, o Partido Socialista está disponível para, também, responsávelmente, transmitir que essa é que deve ser a linha de atuação e que deve ser a estratégia. Se não houver essa capacidade de acomodação destas propostas, evidentemente o Partido Socialista tomará a votação no sentido, depois de ouvir o senhor Presidente. Muito obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto 3, senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “É muito claro, nós dissemos-lo na campanha eleitoral e mantemos que é interessante e importante dar um sinal positivo a quem, eventualmente, se queira fixar na Guarda, e ser um pouco concorrencial com aqueles que nos estão aqui em redor, principalmente aqueles que são os centros urbanos mais dinâmicos, tal como a Guarda, em termos de construção. Olhando a

Covilhã, olhando a Castelo Branco, olhando a Viseu, todos têm a taxa no mínimo 0,3. A Guarda tem a 0,375. Exatamente como a proposta nos é apresentada, sem grandes longas e sem grandes justificações, nós diremos o seguinte: o Partido Social Democrata, ou Guarda com Ambição, a coligação aqui presente, diz claramente (sei que não é correto e penso que nem é legal), mas deixar claro que a nossa intenção aqui seria sempre propor uma redução no valor da taxa do IMI. No mínimo, 0,05 seria interessante, como um sinal, como um apelo e como um incentivo à construção, um incentivo à vinda para cá. Ainda que, vamos ser francos, eu também não o escondo: é a Câmara que perde receita, e o dinheiro que as pessoas pagam a menos de IRS não será assim tanto ao longo do ano. Mas é um sinal e é um convite, exatamente na linha daquilo que refere o senhor Presidente, quando menciona que o Governo que está na Câmara, a oposição que está na Câmara, a sociedade, as associações empresariais, faz-se com sinais concretos. E este é também um sinal. Uma eventual redução da taxa do IMI é um sinal. E, nesse sentido, senhor Presidente, se estiver de acordo, nós deixamos esta proposta e gostaríamos de ouvir um pouco mais a razão pela qual mantém este valor desta taxa.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “As taxas no seu todo, este ano, a proposta do executivo municipal é continuar exatamente da mesma forma. Ao longo dos últimos anos, nós fizemos abaixamento das taxas, concretamente no IMI, houve um abaixamento da taxa de 0,4 para 0,375. E, atendendo ao plano de investimentos que está em curso, é contraproducente, neste momento, o Município da Guarda reduzir as taxas. Temos de ser consequentes. Não podemos estar a dar com uma mão e a tirar com a outra, no que diz respeito aos investimentos. E por isso, esta é a proposta que nós fazemos este ano, em qualquer um dos pontos 3, 4, 5 e 6, que é

manter as taxas exatamente conforme elas estavam no ano transato. Alguma questão, senhor Vereador? Desculpe. Já agora, deixe-me acrescentar, até indo de encontro àquilo que senhor referiu. É claro que aqui mantemos a redução do IMI familiar. E neste próximo ano, no que diz respeito ao IMI, vai ser aplicado fortemente o IMI às casas devolutas, no máximo que a lei permite. E em sede de regulamento, vamos começar a sua elaboração para que possa existir uma redução do IMI (com algum indicador, naturalmente, que os serviços técnicos vão analisar), função daquilo que é reabilitação e arrendamento. Isso vai ser estudado para o futuro, naturalmente, no próximo ano. Mas, até lá, nós mantemos exatamente esta taxa, até porque nós teremos que perceber como é que vai funcionar agora esta questão do IMI das casas devolutas. Não vai haver grande receita, porque são IMI's baixíssimos, já são IMI's muito antigos, mas também para podermos depois devolver o IMI a quem faça reabilitação e a quem faça arrendamento. E aqui estamos em linha absoluta com aquilo que são as políticas dos governos, não é só deste, é dos últimos quatro governos com os quais eu lidei particularmente, que foi sempre incentivar a reabilitação e incentivar arrendamento. E, portanto, é desta forma que nós nos queremos posicionar para o futuro.”-----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Mas em relação aos jovens, senhor Presidente, não há nenhuma perspetiva de construir um programa que seja atrativo para os jovens?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, no futuro, no tal regulamento que vai começar a ser elaborado para a reabilitação e para o arrendamento, equacionaremos alguma medida para a juventude. Que poderá fazer o seu sentido, naturalmente. Mas não são jovens até aos 40 anos, senão, daqui a pouco, andamos todos de bengala e ainda somos jovens. Temos que ser consequentes com aquilo

que deve ser mesmo jovem. E posso-lhe dizer que a valorização para a reabilitação e arrendamento será sempre muito superior e muito mais abrangente, naturalmente. Colocando à votação.” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, face àquilo que eu disse, votamos contra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Votamos contra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Portanto, o que nós referimos sobre aquilo que fizemos, os senhores votam contra. Votam contra o IMI para as casas devolutas, e sobre aquilo que nós referimos que vamos começar a fazer para o futuro. Mas, muito bem, que fique registado.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Senhor Presidente, não foi isso que foi dito, mas o senhor assim interpretou. A interpretação é apenas sua, porque a posição do PSD não foi essa. Não ponha nas palavras dos Vereadores do PSD aquilo que os Vereadores do PSD não disseram.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três votos contra dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteirinho.* -----

#### **PONTO 4 - TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 62/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- Nos termos da alínea c) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na redação vigente, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma; -----
- De acordo com o disposto n.º 1 do artigo 18º da referida lei, os municípios podem deliberar lançar, uma derrama de duração anual, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; -----
- Conforme disposto no n.º 24 do citado artigo, e até à aprovação do regulamento de isenções ou taxas reduzidas nos termos do regulamento previsto no n.º 2 do artigo 16.º da RFALEI, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024 que não ultrapasse 150.000,00€; -----
- A receita da cobrança da derrama constitui, no âmbito dos poderes tributários conferidos aos municípios, uma importante fonte de financiamento que contribui para o reforço da sua capacidade financeira e para assegurar a realização de projetos e investimentos constantes das opções traçadas; -----
- A questão orçamental e fiscal do Município da Guarda é delineada com vista a uma estratégia política que visa a promoção do crescimento económico, coesão social e competitividade territorial; -----

- A gestão financeira sustentável, que tem pautado o Município da Guarda, permite que se possa apresentar uma proposta de derrama que se mantém em consonância com o que vinha a ser cobrado.-----

*Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----*

*Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos conjugados do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, e da alínea c) do artigo 14º, e do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na redação vigente, o seguinte: -----*

*1. O lançamento em 2025 de uma Derrama de 1% (de um limite máximo de 1,5%) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, que corresponda à proporção de rendimento gerado na área geográfica do Município da Guarda, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; -----*

*2. O lançamento em 2025 de uma taxa reduzida de 0,01% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2024 que não ultrapasse 150.000,00€; -----*

*3. Que as deliberações a que se referem os pontos anteriores sejam comunicadas por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até ao dia 31 de dezembro de 2025, conforme dispõe o n.º 17 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.”-----*

- Sérgio Costa, Presidente: “Então, 4, 5 e 6.?” -----

- António Monteirinho, Vereador: “Senhor Presidente, em relação ao ponto 4, taxa da derrama, tem a ver com os negócios inferiores a 150 mil euros, não é? De

IRC. E aqui de volume de negócio. Eu só deixava aqui aquilo que aconteceu no ano transato, em relação ao distrito da Guarda. Nós podíamos isentar de taxa estes pequenos negócios, pequenos comércios, inferiores a 150 mil euros. Só para lhe dar uma ideia, no distrito..." -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** "Deixe-me só adiantar, desculpe. Não podemos, é 0,01, correto, senhora Chefe de Divisão? É o mínimo possível." -----

- **António Monteirinho, Vereador:** "É o mínimo, mas pode-se isentar." -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** "Como proposta da Câmara, não é possível. Quando nós baixámos, desculpe estar a interrompê-lo. Nós, quando baixámos, há três anos, para 0,01, para o mínimo possível, eu próprio questionei se não podíamos isentar. E aquilo que foi referido, até por vários consultores, é que a Câmara não tem esse poder de isentar. Este é o mínimo possível para os negócios abaixo de 150 mil euros." -----

- **António Monteirinho, Vereador:** "Senhor Presidente, eu também tinha essa noção e por isso mesmo é que fui ao portal das finanças e então retirei o documento que reflete tudo aquilo que se passa no país. No distrito da Guarda, passa-se o seguinte: Vila Nova de Foz Côa têm isenção, quando se trata de criação de emprego; temos Seia, sujeitos passivos com sede social no concelho estão isentos, abaixo de 150 mil euros; temos a Guarda com 0,01; Gouveia tem 0,001; temos Figueira de Castelo Rodrigo, sujeitos passivos cujo volume de negócio no período anterior não ultrapassa os 150 mil euros, está isento. Isto é um documento das finanças. E, depois, há situações até em que algumas autarquias até dizem quais são os CAE's que ficam isentos. Por isso é que eu estava a sugerir. Eu também tinha a noção exatamente disso que o senhor Presidente tinha aqui referido, que o mínimo era aquele valor de taxa e depois consultei a Autoridade Tributária. É um

documento datado de 22 de janeiro de 2025, que reflete o mapa do país inteiro e onde existem, só para termos aqui noção de outras cidades fora do concelho, situações em que os CAE's estão isentos, por exemplo: em Braga, sujeitos passivos cujo volume de negócio no período anterior não ultrapasse os 600 mil euros, alteraram, e que sejam os CAE's 471, 472, 474 e por aí fora. Mas existem outras situações que estão indexadas, por exemplo, à criação de emprego. Vila Verde tem sujeitos passivos que, em 2024, que se tenham instalado no concelho e criado pelo menos três postos de trabalho sem termo, ou que já se tenham instalado e tenham cinco postos de trabalho, mediante requerimento apresentado ao município. Quer dizer, temos aqui uma panóplia de situações totalmente diferentes. Portanto, eu penso que era possível. É uma verba insignificante para a autarquia, mas que passava um sinal claro para fora, para quem quer abrir o seu pequeno negócio e ter aqui mais um pequeno apoio. Portanto, era só isso que queria acrescentar.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Obrigado, agradeço. Alguma questão, senhores Vereadores? Senhor Vereador, o nosso compromisso é este. Este ano é esta a taxa, até porque nós temos que fazer um regulamento. Ainda para mais com aquilo que referenciou dos CAE's, enfim, tudo isso. E, portanto, em sede do regulamento que será elaborado ao longo do próximo ano, pode e deve ter em linha de conta tudo o que é a esfera fiscal que está ao alcance do município e, portanto, essa será também estudada para o próximo ano. Que faz todo o sentido, naturalmente, e com vários indexantes que possa ter, sim. Colocando à votação?” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “O Partido Socialista abstém-se.” -----

- **João Prata, Vereador:** “A favor.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia*

*Guedes, Rui Melo, João Prata e Alexandra Isidro e uma abstenção do Senhor Vereador António Monteirinho.* -----

**PONTO 5 - FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 63/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

- O artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as devidas alterações, estabelece que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS; -----

- A participação supra mencionada depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município; -----

- A taxa fixada deve ser comunicada, por via eletrónica, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, conforme n.º 2 do referido artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual; -----

- Face ao n.º 3 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a ausência de deliberação ou de comunicação à AT, o Município tem direito a uma participação até 5% no IRS. -----

*Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----*

*1 - Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente e o n.º 2 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, a participação em 3,75% na taxa variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial; -----*

*2 - Que, após a aprovação pelo órgão deliberativo municipal, seja feita comunicação via eletrónica à AT, até ao dia 31 de dezembro de 2025.”-----*

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, em relação ao ponto 5, a estratégia é semelhante em relação ao IMI. Não vemos aqui um sinal de competitividade em relação aos outros municípios, o que faz com que não seja atrativo viver no concelho, podendo viver a 20 km da Guarda, tendo o IRS a zero, como é o caso, por exemplo, de Belmonte ou de Manteigas. Pode ser uma verba não muito significativa. Com toda a certeza que naqueles municípios não é significativa. Na Guarda já terá alguma expressão, mas era uma mensagem que se passava para fora, dizendo que era significativo. Mas também concordo com a sua análise quando diz que, mediante o volume de investimento que está previsto acontecer, todas as verbas e mais algumas serão importantes para que isso aconteça. Não seria a estratégia do Partido Socialista alinhar nessa orientação, seria a estratégia de reduzir custos que estejam indexados, por exemplo, à aquisição de

serviços, a recursos humanos. E aí já se podia depois fazer este abaixamento destas taxas. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Há alguma questão, senhores Vereadores?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Seguindo a mesma lógica que seguimos no ponto 3, aqui também considerámos que é vantajoso o município considerar a devolução de mais IRS aos cidadãos. Mas, o ano passado, se não estou em erro, ou em 2023 ou 2024, a Câmara Municipal da Guarda já garantiu um aumento desta devolução de IRS. Ou seja, ao contrário do que há pouco foi mencionado, de que queremos investimento e precisamos de dinheiro, já aqui a Câmara Municipal, no passado recente, se não estou em erro, ou foi para 2025 ou foi para 2024, não posso precisar agora, a Câmara fez essa atenção aos cidadãos. Gostaríamos que fosse mais e, por isso, ao contrário do que fizemos no ponto 3, aceitamos esta sugestão da Câmara Municipal da Guarda. Mas, considerando as observações pouco concisas em relação ao voto do PSD (não tem que se discutir o voto das pessoas, mas, enfim) que fez em relação ao ponto 3, nós vamo-nos abster neste ponto, porque a proposta seria também para reduzir. Mas, volto a dizer, considerando aquilo que já foi feito pela Câmara Municipal da Guarda, para 2026 penso que poderemos considerar o valor que está, mas estaremos aqui, daqui por um ano, a considerar que é vantajoso, quer no ponto 3, quer no ponto 5, que haja uma atenção diferente aos cidadãos da Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Devo dizer que nos últimos dois anos nós baixámos 0,75%, no que diz respeito ao IRS. E por isso isto é um caminho gradual, mas que deve ser feito com responsabilidade. Como bem disseram, não podemos ser irresponsáveis quando está em curso também um plano de investimentos. E, por isso, o futuro a Deus pertence. E nós, com esta garantia que estou a dar, e,

efetivamente, foi o que aconteceu, de 2023 para 2024, baixámos meio ponto percentual. De 2024 para 2025, baixámos 0,25%. E já no passado tinha descido 0,5%. E, portanto, temos que ser absolutamente responsáveis também do seu ponto de vista financeiro.” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, só deixar aqui uma pequena anotação: uma das conclusões que saiu do Congresso da Associação Nacional de Municípios, a alteração à lei do financiamento das autarquias, e uma das questões que está em cima da mesa é o aumento da comparticipação aos municípios. Mas isso o senhor Presidente também sabe da parte que diz respeito ao IRS. E, portanto, é por aí que nós devemos atuar, muito mais preponderante do que propriamente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, se e quando estiver feita a revisão da lei, conversamos. Muito bem.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Sobre ainda a afirmação, obviamente utilizou a palavra responsabilidade. Os Vereadores do PSD nem são mais nem menos responsáveis por fazerem as suas propostas.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Oh senhor Vereador, não foi isso que eu disse.” -----

- **João Prata, Vereador:** “O senhor Presidente disse que tem que haver responsabilidade neste processo. Eu quero-lhe dizer, estou no uso da palavra, quero-lhe dizer que viemos para aqui com a ideia clara de que, em relação ao IMI, devia ser seguido aquilo que a própria Câmara fez em relação à devolução do IRS. Foi a própria Câmara que, nos dois últimos anos, ou no último ano, não posso precisar agora, estive a ler os documentos anteriores, mas não os fixei totalmente, já fez esta proposta simpática aos cidadãos e é um bom início. E nós entendemos que este caminho deve também incidir na taxa do IMI. E não é por isso que

deixamos de ser mais ou menos responsáveis pelas posições que o executivo toma. Apenas queria frisar que não nos consideramos irresponsáveis, nem menos responsáveis pelo facto de entendermos que esta linha política devia ser seguida. Aliás, basta olhar às medidas do Governo de Portugal, mas é óbvio, não há afinidades políticas. De qualquer maneira, basta olhar à linha de atuação do Governo de Portugal para perceber que muito do que se faz hoje na economia de carácter positivo é porque houve um aumento do consumo. O aumento de consumo decorre do dinheiro nos bolsos dos portugueses. Mais dinheiro nos bolsos portugueses. Não é só a questão remuneratória que menciona, e bem, nas afirmações que fez, mas lá chegaremos a verificar bem e a escrutinar, lá está a tal prestação de informação que deve ser mais concisa e mais incisiva. Dizer-lhe que tem muito a ver com mais dinheiro nos bolsos dos portugueses. Mais dinheiro nos bolsos dos portugueses, dito assim de uma maneira um bocadinho pobrezinha, tem a ver também com toda a diminuição da carga fiscal que temos considerado e das tais valorizações remuneratórias. Portanto, a questão da responsabilidade não se põe neste ponto, e põe-se sim na forma correta como respondeu ao senhor Vereador António Monteirinho, mencionando que poderemos equacionar, seja o IMI jovem, seja realmente a questão da reabilitação do arrendamento, ficamos satisfeitos e congratulamo-nos para que, daqui a um ano, haja então aqui um regulamento que possa permitir já um sinal positivo na questão do IMI aos cidadãos da Guarda.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, quando eu referi a responsabilidade, eu falei de responsabilidade financeira no computo geral das taxas municipais. Já agora, dizer também, senhor Vereador António Monteirinho, foi uma das coisas faladas com as competências. Isto não foi descentralização de

competências, foi uma desresponsabilização de competências nos municípios. A começar no Presidente da Câmara de Lisboa, a maior autarquia do país, e a acabar na mais pequena, todos se queixam do mesmo. O Estado fez um garrote aos municípios com a delegação de competências. Foi por imposição, como bem sabemos, em setembro ou outubro de 2021, mas os valores continuam sem serem devidamente revistos. O município da Guarda, com as competências da educação, tem um prejuízo já próximo de 1 milhão de euros por ano. É absolutamente surreal o que está a acontecer no país, e esperemos que rapidamente isso seja revisto também. Quanto mais pequenos os municípios, mais garrote financeiro vão ter sobre esta matéria. E isto não é pugnar por uma melhor educação no país. Não. De todo. Ao contrário. Colocando à votação, senhor Vereador?” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “O PS vota contra, à imagem e semelhante daquilo que foi do IMI.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Abstenção.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O Partido Socialista vota contra a manutenção da taxa do IRS. E o PSD abstém-se.” -----

*A Câmara deliberou por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e duas abstenções dos Senhores Vereadores João Prata e Alexandra Isidro e um voto contra do Senhor Vereador António Monteirinho.* -----

**PONTO 6 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2026 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 8/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

A alínea n) do artigo 14º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais com as devidas alterações, prevê que entre as receitas dos municípios expressamente consagradas nas alíneas anteriores possam existir “outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios”;-----

A Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua redação atual, que veio revogar a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas, estabelece no n.º 2 do artigo 169.º, os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);-----

Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 169.º da citada lei, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----

A Taxa Municipal de Direitos de Passagem é aprovada anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%. -----

*Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----*

*Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº1 do art. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas alterações, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 25.º da mesma lei, conjugado com a alínea n), do artigo 14.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, aprove o valor percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar em 2026. -----*

- **António Monteirinho, Vereador:** “Aqui é o caso inverso, aqui a taxa devia ser mais elevada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Pois, senhor Vereador, eu também digo o mesmo.” --

- **António Monteirinho, Vereador:** “Faça favor de fazer pressão para alterar a lei.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É o máximo que a lei permite. Então, presumo que ambos aprovam.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----*

**PONTO 7 - 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS APAL-SIM PARA O ANO DE 2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM nº 59/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

1 - O Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP's) para o ano de 2025 dos APAL-SIM foi aprovado pelos Órgãos Deliberativos dos Municípios Participantes nas suas sessões de novembro de 2025; -----

2 - Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação atual, - “Em anexo aos orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, são apresentados, aos respetivos órgãos deliberativos, de forma autónoma, os orçamentos dos órgãos e serviços com autonomia financeira, bem como das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artigo 75.º”; -----

3. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete às Assembleias Municipais dos Municípios participantes proceder à aprovação das revisões ao Orçamento e às GOP's dos APAL-SIM. -----

*Atento o exposto, venho por este meio propor ao digno Órgão Executivo que delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:*-----

*- Aprovar a proposta de 3ª Revisão ao Orçamento e às GOP's dos APAL-SIM para o ano de 2025, conforme documentos anexos I; II; III; IV e V; -----*

*- Submeter à deliberação da Assembleia Municipal para aprovação, no uso das competências próprias definidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - a aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento e às GOP'S dos APAL-SIM para o ano de 2025, conforme documentos anexos II; III; IV e V.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, em relação à APAL, o Partido Socialista tem tido uma posição, eu diria, um bocadinho mais dura, porque cada vez mais nós vemos um serviço que retirou parte financeira da autarquia, e

nós sabemos que uma das fontes de receitas da autarquia tinha a ver com a venda da água. E, por outro lado, aquilo que nós vemos e aquilo que ouvimos é que este serviço não tem melhorado. Eu não sei se corresponde à realidade ou não, mas tem-se ouvido dizer que há pedidos de execução das ligações dos contadores com atrasos significativos, e a ideia que nos foi vendida, na altura... primeiro, foi-nos apresentado um plano financeiro muito bonito, muito coerente sob diversos pontos de vista, e, no final, nós sabemos quem é que vai pagar a fatura. E quem vai pagar a fatura são os guardenses. Disso não há dúvida absolutamente nenhuma. Mas foi-nos vendida a ideia de que efetivamente o agrupar de vários municípios permitiria diversas candidaturas a programas, e que era preciso ganhar a escala. E, portanto, assim sendo, nós não vemos ainda a escala que devíamos ter ganho, ainda não vimos as candidaturas, não sei se existem ou não, se já houve alguma candidatura, se nós já estamos a ser financiados através dessa candidatura. Por isso mesmo, o Partido Socialista, em relação a este ponto, vai-se abster.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Bom, sobre o referenciado, começando pelas obras em curso. Há obras em curso da APAL no nosso concelho, como vocês podem imaginar. Até acho que foi também uma daquelas queixas que alguém colocou à Comissão Nacional de Eleições. A rede de saneamento de Cairrão. Está a decorrer a obra de saneamento de Cairrão, outras estão em concurso, outras candidatadas. Enfim, o processo está a decorrer. Sobre os ramais, ainda bem que falou nisso, senhor Vereador, por três ou quatro vezes, não sei se já não é a quarta vez que o concurso público fica deserto. Ninguém concorre ao concurso dos ramais. E não é só aqui que isto acontece. Temos o PRR como temos, temos o 2030 como temos. As pessoas vão àquilo que mais rentabilidade lhes dá, o que é normal. E por isso, dentro da APAL, já está a ser estudado passar a ser feito internamente. Pode ter que

haver o aumento de recursos humanos, mais uma equipa para não fazer mais nada a não ser ramais. Porque se o mercado não responde, temos que recuperar de uma outra forma. E não são as ligações do contador, os ramais é que estão em atraso. Faça favor.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Já agora, essa questão dos ramais que focou o senhor Presidente, também ouço dizer que estão muito atrasados os ramais. No fundo, a processologia é: a pessoa pede o ramal e a APAL vai lá colocar o ramal?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, por ordem de chegada.” -----

- **João Prata, Vereador:** “E, então, o concurso público foi para arranjar uma empresa para fazer esse serviço, e não houve concorrentes, é isso? -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Três ou quatro vezes, infelizmente.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Já fizeram três ou quatro concursos públicos e não houve concorrentes?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim. Isto é o pão nosso de cada dia, agora...” -----

- **João Prata, Vereador:** “E tem aumentado o valor base das propostas ou não? Ou tem mantido igual? -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Tem, mas há um teto máximo, porque senão daqui a pouco...” -----

- **João Prata, Vereador:** “Sim. Tem aumentado, mas mesmo assim não tem.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que sim. Isso é um princípio básico. Agora, não podemos aumentar exageradamente, sob pena de estar em causar...”

- **João Prata, Vereador:** “Mas, agora, confrontando... não vamos perder tempo, mas só uma questão: em confronto com aquilo que estávamos antes, com os serviços municipalizados, só com a nossa Câmara Municipal, digamos assim, poderia considerar que houve ou não houve vantagem nessa matéria? Ou seja, há...”

eu não tenho dúvidas de que a ideia de serem mais pode ser positiva, mas realmente temos das águas mais caras do país. Mas tirando essa questão, nesta rúbrica concreta da prestação de serviço ao nível da colocação de ramais, olhando àquilo que era a experiência anterior: só equipa Câmara Municipal da Guarda e agora a da APAL, como é que o senhor Presidente vê esta questão? Fez esse estudo já para perceber se ganhámos alguma coisa? Se poderia ser novamente internalizado esse serviço, ou seja...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ganhámos eficiência e eficácia, senhor Vereador.” --

- **João Prata, Vereador:** “Estou a questionar, não tenho nenhuma observação crítica.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Seja na Guarda, seja nos três restantes municípios que integram a APAL. E antes já existia, tal como já existe agora, existia uma equipa interna que de vez em quando ia fazendo, quando não tinha mais nada o que fazer, por assim dizer, e havia a contratação externa. Só que desde há um ano a esta parte, sensivelmente, os concursos ficam sistematicamente desertos. Por isso, temos que arrepiar caminho e resolver as coisas de uma outra forma.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteirinho.* -----

#### **PONTO 8 - MAPA DE PESSOAL DA APAL-SIM PARA O ANO DE 2026 - CONHECIMENTO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 57/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

I. A prestação e a gestão dos serviços de águas são atribuições e competências dos municípios estabelecidos no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e no Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água e Recolha de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), nas suas atuais redações;-----

II. A 19 de fevereiro de 2024 os Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal constituíram a Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados, doravante designados APAL-SIM; -----

III. A APAL-SIM está encarregue da prossecução de atribuições municipais que fundamentam a respetiva gestão sob forma empresarial, competindo-lhe neste objeto e âmbito, a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de águas pluviais nos Municípios Participantes, regulada através de Acordo de Parceria celebrado entre os Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal;-----

IV. A APAL-SIM é um serviço público de interesse local, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e gerido sob forma empresarial, num sistema de organização intermunicipal, assente no modelo de gestão direta dos respetivos Municípios; -----

V. As autarquias locais devem estar dotadas de modelos organizacionais capazes de alcançar uma administração mais eficaz e moderna, que sirva bem os cidadãos, as empresas e todos os que com ela entram em relação, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções, numa lógica de

simplificação e racionalização dos serviços, de procedimentos administrativos e de aproveitamento dos recursos disponíveis;-----

VI. Os serviços da APAL-SIM devem pautar a sua atividade por valores que potenciem a obtenção de elevados padrões de qualidade dos serviços prestados e do máximo aproveitamento possível dos recursos humanos e financeiros disponíveis no quadro de uma gestão racionalizada, equilibrada e moderna;-----

VII. A aprovação do Mapa de Pessoal compete às Assembleias Municipais conforme disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ambos na atual redação;-----

VIII. Nos termos da alínea f) do artigo 13º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, compete ao Conselho de Administração da APAL-SIM propor à Câmara Municipal, nas matérias da competência desta, todas as medidas tendentes a melhorar a organização e o funcionamento dos serviços municipalizados; -----

IX. O Conselho de Administração da APAL-SIM deliberou a aprovação, na sua reunião de 25 de novembro de 2025, o Mapa de Pessoal para o ano 2026, conforme mapa e certidão anexa à presente proposta.-----

*Atento o exposto, venho por este meio propor ao digno Órgão Executivo que delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----*

*- Aprovar submeter o Mapa de Pessoal para o ano 2026 das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados (APAL-SIM), em anexo à presente proposta, à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, no uso das*

*competências próprias definidas no n.º 4 do artigo 29.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ambos na atual redação.”-----*

- **António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, praticamente aquilo que disse em relação ao número de recursos humanos que aumentaram na autarquia, aqui também existe um aumento significativo. Estamos a falar em cinquenta e cinco lugares que vão avançar no próximo ano, pelo menos. Estamos a falar já, em termos de previsões, para cento e quarenta e nove funcionários. No início do ano eram cento e vinte e cinco que estavam previstos para 2025, já estão ocupados noventa e quatro lugares e vai aumentar para cento e quarenta e nove. Pelo menos as previsões apontam para isso. Se os serviços efetivamente melhorarem e se os custos não forem imputados ao cidadão comum... consegue garantir isso, senhor Presidente?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **João Prata, Vereador:** “Em relação à participação dos outros municípios, com os funcionários no quadro que está atualmente, pode dar-nos uma ideia de como é que está? Sinceramente, não consegui descobrir. Mas admito que possa não ter observado em condições. Que peso é que têm os outros municípios, em termos de número de funcionários, na estrutura da APAL, atualmente? Em relação à questão avançada já pelo Vereador António Monteirinho, é a mesma questão que nós queremos colocar: o Conselho de Administração da APAL vai lançar os concursos todos, em 2026, para as vagas que estão previstas ainda, ou vai fazer, também, como referiu em relação à Câmara da Guarda, conforme as necessidades? Aliás, já identificou uma necessidade. Pelos vistos, não estamos a responder em termos da

colocação dos ramais. Isso não é bom para a imagem da empresa, não é bom para o cidadão, mas pronto, admito que possa ser resolvido rapidamente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O grosso do pessoal está na Guarda, essencialmente. O grosso, diria que cerca de dois terços, pelo menos, estão na Guarda, porque toda a parte técnica, seja na área da engenharia, seja na área financeira e administrativa, é a partir da Guarda que opera. Por isso é que o grosso está aqui. E, depois, há as equipas que estão nos concelhos, em função daquilo que são os rácios que foram então definidos. Dizer-vos que este aumento do quadro do pessoal prevê já a entrada de mais municípios, porque está na iminência de entrar pelo menos mais um município. O processo já está a decorrer. Aliás, já estava a decorrer até no mandato anterior, e depois as coisas, entretanto, acabaram por parar, em função das circunstâncias democráticas, naturalmente. E, portanto, já está preparado para isso, tal como para a totalidade das chefias que antes não estava. O quadro pessoal anterior não estava preparado para os lugares cativos em termos de chefias, que têm que existir também de uma forma cumulativa. E esta questão das equipas internas, que foi já equacionada também em termos de quadro pessoal, seja para os ramais, seja para as perdas, as equipas de perdas nos concelhos (não estou com isto a dizer que vai passar a existir uma equipa de perda em cada concelho, não), e também para a equipa de infiltrações indevidas. E, em função da evolução e da gestão interna que está a ser feita, os concursos poderão ser abertos em função das necessidades. Em cada momento, nós fazemos essa avaliação para podermos recorrer ao mercado e abrir concurso quando não conseguirmos recursos internos. Se nós tivermos recursos internos que possam ser reafectados em cada momento, não se abrem mais concursos. Agora, em função daquilo que eu disse, é normal que

haja mais, principalmente assistentes operacionais que vai ter que se abrir, naturalmente. Colocando à votação o ponto 9.” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “Abstenção.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Abstenção.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteirinho.* -----

**PONTO 9 - ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E NORMAS DE EXECUÇÃO DA APAL-SIM PARA O ANO DE 2026 - CONHECIMENTO E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 57/2025

(Mandato 2025-2029)

Considerando que: -----

I. A prestação e a gestão dos serviços de águas são atribuições e competências dos municípios estabelecidos no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e no Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água e Recolha de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), nas suas atuais redações; -----

II. A 19 de fevereiro de 2024 os Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal constituíram a Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados, doravante designados APAL-SIM; -----

III. A APAL-SIM está encarregue da prossecução de atribuições municipais que fundamentam a respetiva gestão sob forma empresarial, competindo-lhe neste objeto e âmbito, a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de águas pluviais nos Municípios Participantes, regulada através de Acordo de Parceria celebrado entre os Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal; -----

IV. A APAL-SIM é um serviço público de interesse local, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e gerido sob forma empresarial, num sistema de organização intermunicipal, assente no modelo de gestão direta dos respetivos Municípios; -----

V. As autarquias locais devem estar dotadas de modelos organizacionais capazes de alcançar uma administração mais eficaz e moderna, que sirva bem os cidadãos, as empresas e todos os que com ela entram em relação, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções, numa lógica de simplificação e racionalização dos serviços, de procedimentos administrativos e de aproveitamento dos recursos disponíveis; -----

VI. Os serviços da APAL-SIM devem pautar a sua atividade por valores que potenciem a obtenção de elevados padrões de qualidade dos serviços prestados e do máximo aproveitamento possível dos recursos humanos e financeiros disponíveis no quadro de uma gestão racionalizada, equilibrada e moderna; -----

VII. A aprovação do Mapa de Pessoal compete às Assembleias Municipais conforme disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ambos na atual redação; -----

VIII. Nos termos da alínea f) do artigo 13º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, compete ao Conselho de Administração da APAL-SIM propor à Câmara Municipal, nas matérias da competência desta, todas as medidas tendentes a melhorar a organização e o funcionamento dos serviços municipalizados; -----

IX. O Conselho de Administração da APAL-SIM deliberou a aprovação, na sua reunião de 25 de novembro de 2025, o Mapa de Pessoal para o ano 2026, conforme mapa e certidão anexa à presente proposta.-----

*Atento o exposto, venho por este meio propor ao digno Órgão Executivo que delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----*

*- Aprovar submeter o Mapa de Pessoal para o ano 2026 das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados (APAL-SIM), em anexo à presente proposta, à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, no uso das competências próprias definidas no n.º 4 do artigo 29.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, ambos na atual redação.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

**- António Monteirinho, Vereador:** “Senhor Presidente, em relação ao orçamento aqui apresentado, há um aumento de cerca de 5 milhões de euros em relação ao orçamento do ano passado. Há também um aumento significativo, fruto daquilo que são os recursos humanos, e aqui já estamos a falar numa verba prevista, para 2026, de mais de 3 milhões de euros. Se nós indexarmos isto àquilo que é a componente da constituição das Águas, estamos a falar, eu acho que é em 68% que

tem a Guarda, ou 62%. Agora não posso precisar esse número. Mas, em relação a isto, a pergunta sacramental que se deve colocar é: vai apresentar um novo Conselho de Administração para votação ou não? Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores, alguma questão?” -----

- **João Prata, Vereador:** “Não é tanto uma questão, mas um pouco na linha daquilo que há pouco referi. Bem sei que esta é uma empresa multimunicipal e é nova, ou seja, é recente. E, com isto, não estou a dizer que sou contra. Não, não é isso. Mas, apesar de ser tão recente e de terem o interesse de outro município, pelos aumentos que nós verificamos, ou seja, pelo aumento de estrutura que está previsto, (e admito que seja necessário, não tenho sempre uma opinião negativa sobre as coisas assim, à primeira vista), mas não é o tempo de pensarem, os municípios envolvidos, se o caminho que está a ser trilhado é mesmo o melhor caminho? Admito que, na lógica da água, que é um bem escasso, admito que a questão das perdas que aqui foram mencionadas é algo que nós ouvimos pelo país, continuamos em 50% de perdas, que é realmente um valor astronómico, diria eu, estapafúrdio, para aquilo que é a importância de pouparmos e reservarmos a água. Por um lado, equacionar bem se esta dimensão é aquela que interessa e se estamos no caminho certo e não vai ser, daqui a uns anos, um outro sorvedouro, como já foram as empresas municipais aqui há uns anos atrás, que teve que vir à Troika para explicar como é que estas coisas têm de ser feitas. Primeiro isso. A segunda questão que gostaria de colocar, ou seja, questionar se é realmente uma linha interessante esta que estamos a debater e até que ponto? É a segunda questão: o que é que nós podemos reclamar ao Governo para que esta empresa multimunicipal, como outras que provavelmente existem no país, não constitua, no futuro, por aquilo que estamos a ver, e cá estaremos para o ano para analisar, um

cada vez mais sorvedouro, anualmente, de dinheiro dos municípios. E, sorvedouro, não quero dizer esta palavra com o sentido pejorativo. Estou a dizer que a contribuição dos municípios tem de ser cada vez maior, e eu até o comprehendo. Mas tem limites este crescimento. E gostaria de saber se os senhores Presidentes de Câmara, que se assentam nas reuniões e fazem as análises com os técnicos, já começaram a equacionar e pensar as coisas antes de continuar a avançar. E volto a dizer, acho interessantíssimo, do ponto de vista daquilo que é a água, daquilo que é a mais-valia que a água constitui, que haja esta preocupação. E admito perfeitamente, quando falo na equipa de perda, na equipa das infiltrações indevidas, penso que é um trabalho, do ponto de vista conceptual, daquilo que é a ideia de proteger a água, a ideia de não a desperdiçar, acho que é muito interessante e é válido. E é bom que as câmaras tenham essa preocupação e que esta empresa tenha também. Mas parece-me, do pouco que eu analisei, para o ano, é que vai também em progressão geométrica. E isso pode vir, daqui por uns anos, a atrapalhar um bocado as contas do município."-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** "Muito obrigado. Senhor Vereador António Monteirinho, sobre essa questão do pessoal já respondi há pouco, portanto, isso não quer dizer que nós agora vamos preencher o quadro todo pessoal. Não, ao contrário. Sobre o novo Conselho de Administração, os senhores, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, na vereação anterior, chumbaram a administração que então foi colocada. Chumbaram. Não estavam cá estes dois senhores Vereadores. Já não sei se era o senhor Vereador ou se era a Vereadora Adelaide, já não me recordo. Mas chumbaram a administração. Portanto, não sei porque é que está preocupado com isso agora. Mais preocupado estou eu, ou estaria eu, por causa do tempo que me tira estar à frente da gestão. Gostaria de ter mais

tempo que não tenho. Mas isso é uma questão que, como compreenderá, serão os municípios a decidirem entre si. Sobre esta questão, senhor Vereador João Prata, de ser ou não o melhor caminho. É. Este é o caminho, o da junção. Aliás, sabe a minha opinião, é pública a minha opinião, quando, em 2017, houve a decisão errada de acabar com o SMAS. O que na altura devia ter acontecido, e eu disse isso a quem direito, era que o SMAS, em 2017, devia ter crescido logo, porque tinha o know-how no fio da navalha. Faço-me entender? E este setor tem que ser absolutamente profissionalizado. Eu não estou com isto a dizer que deve ser privatizado, não. Eu sou contra a privatização do setor das águas, tal como já fui no passado contra a dos resíduos. Mas foi, enfim, e agora está a acontecer o que está a acontecer. Mas deve ser absolutamente profissionalizado este setor e deve ter os seus ganhos próprios, conduzindo à não-subsidiação. Tal como em 2017. Em 2017, os SMAS de então geravam os superavits necessários para fazer investimento, sozinhos. Isto, independentemente de, na altura, terem passado os 8,1 milhões de euros da conta dos SMAS para a conta da Câmara. Mas, portanto, este é o futuro. E o futuro no país. O país todo está a fazer isto. Já não é desde agora, é desde há vários anos esta parte. Há aqui dois temas que... claro, as extensões de rede, isto está previsto no orçamento, com fundos comunitários, nas ITI da CIM's, enfim, as verbas que cada município tinha lá alocado. Mas há aqui dois temas que estes são críticos e o Estado, no futuro, vai ter que dar ainda mais apoios, até porque isso está na ordem da discussão pública atual, que tem a ver com o apoio financeiro, seja por fundos comunitários, seja pelo fundo ambiental ou outros, para a redução das perdas e das influências indevidas. E as perdas, há vários tipos de perdas. Não vou agora estar aqui a explicar tecnicamente que tipo de perdas é que há. Mas tem que haver um apoio para que no país isto reduza drasticamente. Os números da

Agência Portuguesa do Ambiente recentes, são alarmantes no país todo: a água que se perde na viagem, desde a barragem até às nossas torneiras. E por isso é que o Estado vai ter que encontrar aqui formas, uma forma forte de apoiar e incentivar esta redução de perdas e infiltrações indevidas. E é claro que, aqui, quanto maior a escala, maior se pode conseguir reduzir. Porquê? Porque as equipas técnicas, ritmadas que estejam, e neste momento estamos a passar pelo apetrechamento técnico e de equipamentos na APAL, para poderem depois servir todos os municípios envolvidos, naturalmente. Só para terem noção, são milhões de euros por ano que se perdem. Milhões. Entre estas duas coisas, entre a redução de perdas e as afiliações indevidas, são milhões de euros que se perdem. Milhões, na APAL.

Se formos ao país, serão bilhões, quiçá. Colocando à votação.” -----

- **António Monteirinho, Vereador:** “O Partido Socialista abstém-se, senhor Presidente.” -----

- **João Prata, Vereador:** “Abstenção.” -----

*A Câmara deliberou aprovar por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente Sérgio Costa e dos Senhores Vereadores António Fernandes, Cláudia Guedes e Rui Melo e três abstenções dos Senhores Vereadores João Prata, Alexandra Isidro e António Monteirinho.* -----

## ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução e de imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e vinte e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim,

---

Sérgio Manuel Reis

Página 83 de 84

Abrantes da Cruz, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, em  
regime de substituição, que a subscrevi. -----